



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

## AVISO DE EDITAL DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 90076/2026 - SRP 059/2026**

**PNCP Nº 098/2026**

**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº VR-12.064-00001250/2026**

**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**

OBJETO	
Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação, Destinado aos Profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino, com Foco no Atendimento e Inclusão de Alunos Neurodivergentes	
Local de Realização:	AUDITÓRIO DO FURBAN Praça Sávio Gama, 63, – Bairro Aterrado Volta Redonda – RJ
Valor Estimado:	R\$ 3.914.965,20
Tipo:	Menor Preço Global
Ampla Concorrência:	Sim
Vistoria Prévia:	Não
Prova de Conceito:	Sim
Data da Publicação:	16/06/2026
Data da Abertura:	01/07/2026
Hora da Abertura:	9h



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

## EDITAL DE LICITAÇÃO

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 90076/2026**

### **AMPLA CONCORRÊNCIA**

#### **1 INTRODUÇÃO**

**1.1** Torna-se público que o MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA, ente federado, pessoa jurídica de direito público, com personalidade jurídica, com sede à Praça Sávio Gama, nº 53, Aterrado, Volta Redonda/RJ, por meio da Central-Geral de Compras, com suas atribuições definidas pelo Decreto Municipal nº 15.854 de 2019 responsável por todas as aquisições realizadas pela Administração direta, indiretas e fundacional do município, por meio do Fundo Municipal de Educação, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO** torna público que realizará licitação, na modalidade **PREGÃO PRESENCIAL**, do tipo **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, regulamentada neste município pelo Decreto Municipal nº 18.254/2024, ainda, de acordo com as condições estabelecidas neste Edital.

#### **1.2 FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS / ENCAMINHAMENTOS / ESCLARECIMENTOS / IMPUGNAÇÕES:**

**Ao**  
**Município de Volta Redonda - RJ**  
**Secretaria Municipal de Educação**  
**Central-Geral de Compras**  
**Praça Sávio Gama, 63 – Bairro: Aterrado**  
**Volta Redonda/RJ - CEP: 27215-620**  
**Tel.: (24) 3511.3333**

**1.3** As retificações deste edital, por iniciativa oficial ou provocada por eventuais impugnações, obrigarão a todos os licitantes, devendo ser publicadas em todos os veículos em que se deu a publicação originária, reabrindo-se o prazo inicialmente estabelecido, exceto quando, inquestionavelmente, a modificação não alterar a formulação das propostas.

**1.4** O edital se encontra disponível no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br), podendo, alternativamente, ser impresso no



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

site <https://www.portalcr2.com.br/licitacoes/licitacoes-volta-redonda>, dúvidas poderão ser dirimidas através do telefone (24) 3511.3333.

**1.5** Os interessados poderão solicitar esclarecimentos ou formular impugnações acerca do objeto deste edital ou interpretação de qualquer de seus dispositivos em até 03 (três) dias úteis anteriores à data fixada para abertura da sessão pública, através do e-mail [cgc.pmvr@gmail.com](mailto:cgc.pmvr@gmail.com), **mediante comprovante da confirmação de recebimento do e-mail por funcionário lotado na CGC**, contendo as seguintes informações: Razão Social da Empresa, nome completo da Pessoa Física no corpo do e-mail, CNPJ/CPF, Telefone para Contato, Nome do Responsável pela empresa ou de quem solicitar a informação.

**1.5.1** Caberá ao pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio e, quando necessário pela equipe técnica, podendo ainda requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e anexos quando necessário, responder aos pedidos de esclarecimentos e decidir sobre a impugnação no prazo de até 3 (três) dias úteis, contado da data de recebimento do pedido.

**1.6** Tanto a resposta às impugnações quanto aos pedidos de esclarecimento serão divulgados mediante nota, no endereço eletrônico [www.comprasgovernamentais.gov.br](http://www.comprasgovernamentais.gov.br) e no sítio do município <https://www.portalcr2.com.br/licitacoes/licitacoes-volta-redonda>, e vincularão os participantes e a administração, ficando as empresas interessadas obrigadas a acessá-lo para a obtenção das informações prestadas pelo Pregoeiro.

**1.7** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**1.7.1** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

**1.8** Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

**1.9 Justificativa do Sistema de Registro de Preços – SRP**

**1.9.1** A contratação pelo Sistema de Registro de Preços se faz necessária, devido às hipóteses a seguir:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**1.9.1.1** Haverá a necessidade de contratações frequentes;

**1.9.1.2** É conveniente a aquisição dos bens com previsão de entregas;

**1.9.1.3** Não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**1.10 Das Competências do Órgão Gerenciador**

**1.10.1** É de exclusiva competência do município de Volta Redonda, a prática de todos os atos de controle e administração do sistema de registro de preços, registrando sua intenção de registro no sítio do COMPRASGOVERNAMENTAIS;

**1.10.2** Caberá ao Município ainda:

**1.10.2.1** Consolidar informações relativas à estimativa individual e total de consumo, seu e de todos os órgãos participantes, promovendo a adequação do Projeto Básico, para atender os requisitos de padronização e racionalização;

**1.10.2.2** Promover os atos necessários à instrução processual, para a realização do procedimento licitatório;

**1.10.2.3** Realizar pesquisa de mercado para identificação do valor estimado da licitação e consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e entidades participantes;

**1.10.2.4** Confirmar junto aos órgãos participantes a sua concordância com o objeto a ser licitado, inclusive quanto aos quantitativos e projeto básico;

**1.10.2.5** Realizar o procedimento licitatório;

**1.10.2.6** Gerenciar a ata de registro de preços;

**1.10.2.7** Conduzir eventuais renegociações dos preços registrados;

**1.10.2.8** Aplicar ao fornecedor, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório; e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**1.10.2.9** Aplicar ao fornecedor, garantida a ampla defesa e o contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços.

**1.10.2.10** O município poderá dividir a quantidade total do item (gerenciador + participantes) em lotes, quando técnica e economicamente viável, para possibilitar maior competitividade, observada a quantidade mínima, o prazo e o local de entrega ou de prestação dos serviços.

**1.10.3** o órgão gerenciador deverá:

**1.10.3.1** providenciar a assinatura da ata de registro de preços, constando os licitantes vencedores, quantitativos e respectivos preços e o encaminhamento de sua cópia aos órgãos ou entidades participantes; e

**1.10.3.2** providenciar a indicação dos fornecedores para atendimento às demandas, observada a ordem de classificação e os quantitativos de contratação definidos pelos órgãos e entidades participantes.

**1.10.3.3** A ata de registro de preços deverá ser assinada por todos os órgãos participantes e licitantes classificados.

**1.10.3.4** A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida seguindo os termos do §3º do Art. 86 da Lei 14.133/2021.

**1.10.3.5** É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo a ocorrência de ata que tenha registrado o quantitativo inferior ao máximo previsto no edital, conforme versa o art. 82, VIII da Lei Federal nº 14.133/2021.

**1.10.3.6** O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

- I – Haja manifestação formal e justificada do órgão gerenciador demonstrando o interesse na prorrogação;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

II – Fique comprovado, por meio de pesquisa de mercado, que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração Pública face às condições vigentes;

III – O fornecedor concorde expressamente com a prorrogação, mantendo as condições inicialmente pactuadas;

IV – Haja prévia manifestação jurídica e autorização da autoridade competente.

1.10.3.7 Na hipótese de renovação pelo saldo total da Ata, o eventual saldo remanescente da vigência anterior não será cumulativamente somado ao saldo renovado, iniciando-se nova vigência com o quantitativo expressamente renovado, evitando-se interpretações que possam resultar em duplicidade de quantitativos ou ampliação indevida dos limites originalmente licitados.

## **2 DO OBJETO, DO VALOR MÁXIMO E DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**2.1** O objeto da presente licitação é a prestação de serviços de **Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação, Destinado aos Profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino, com Foco no Atendimento e Inclusão de Alunos Neurodivergentes**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**2.2** O valor máximo que a Administração se propõe a pagar para a prestação do serviço é de **R\$ 3.914.965,20 (três milhões, novecentos e catorze mil, novecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos)**.

**2.3** conforme valores do item 1.2 do Termo de Referência, anexo I deste edital. Não podendo ser aceito em hipótese alguma valores acima do estimado neste edital.

**2.3.1** Os preços máximos unitário admitidos pelo ÓRGÃO LICITANTE para cada item estão fixado na Planilha Estimativa de Quantitativo e Preços Unitários do Termo de Referência – Anexo I deste Edital.

**2.4** O presente pregão presencial reger-se-á pelo **MENOR PREÇO GLOBAL**.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**2.4** Os objetos serão entregues nos endereços informados pela requisitante, conforme anexos deste edital.

**2.5** Condições de entrega: A realização dos serviços será de acordo com os prazos estabelecidos no Termo de Referência, Anexo I deste Edital.

**2.6** O CONTRATO terá o prazo estimado de 12 (doze) meses, contados a partir da data da assinatura pelas partes.

### **3 PROCEDIMENTOS**

**3.5** O MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/RJ torna público que será realizada licitação, com participação de ampla concorrência, na modalidade **PREGÃO**, na forma **PRESENCIAL**, no modo de disputa **ABERTO**, critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**.

#### **3.6 DA PARTICIPAÇÃO**

**3.6.1** Poderão participar do presente certame empresas, empresários e pessoas físicas, desde que comprovem os requisitos deste edital.

**3.6.2** A pessoa jurídica ou física deverá estar presente, por meio de preposto devidamente credenciado, ou se for sócio ou proprietário, apresentar o Contrato Social da empresa.

#### **3.7 DA PUBLICAÇÃO E ABERTURA**

<b>Processo Administrativo nº VR-12.064-00001250/2026</b>				
<b>Eventos</b>	<b>Dia</b>	<b>Mês</b>	<b>Ano</b>	<b>Horário</b>
Data da publicação	<b>16</b>	<b>06</b>	<b>2026</b>	<b>-</b>
Início acolhimento das propostas	<b>16</b>	<b>06</b>	<b>2026</b>	<b>8h</b>
Data da realização do Pregão	<b>01</b>	<b>07</b>	<b>2026</b>	<b>9h</b>
Prazo para impugnação	Até 03 (três) dias úteis antes da data da abertura.			
Tipo	<b>Menor Preço Global</b>			
Objeto	<b>Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação, Destinado aos Profissionais da Rede Pública Municipal de</b>			



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

	<b>Ensino, com Foco no Atendimento e Inclusão de Alunos Neurodivergentes</b>
Endereço Eletrônico	<a href="http://www.comprasgovernamentais.gov.br">www.comprasgovernamentais.gov.br</a>
Número da licitação no portal	<b>90076/2026</b>
Número UASG do Município	450068

**3.8** A licitante deverá entregar ao Pregoeiro a sua Proposta Comercial e os seus Documentos de Habilitação em envelopes opacos, tamanho ofício, separados, fechados (colados ou lacrados), constando na parte externa a razão social, o endereço da proponente, e os seguintes dizeres:

**ENVELOPE “A”:**  
**“PROPOSTA COMERCIAL”**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 90076/2026–PMVR**

**ENVELOPE “B”:**  
**“HABILITAÇÃO”**  
**PREGÃO PRESENCIAL N° 90076/2026–PMVR**

**3.9** Os dois envelopes deverão estar endereçados da seguinte forma:

**AO**  
**MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA**  
**A/C do Pregoeiro**  
**Praça Sávio Gama, nº 63 – 2º andar, Bairro Aterrado.**  
**Volta Redonda – RJ**  
**CEP: 27215-620**

**3.10** Após a hora estabelecida como limite para a entrega dos envelopes contendo a documentação e a Proposta Comercial das licitantes, nenhum outro envelope será recebido, nem tampouco será permitida a sua troca.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**3.11** Os envelopes, recebidos em sua totalidade, serão rubricados pelo Pregoeiro e pelos representantes credenciados das licitantes presentes no certame.

**3.12** No caso excepcional de a sessão do pregão vier a ser suspensa antes de cumpridas todas as suas fases, os envelopes ainda não abertos, devidamente rubricados em local próprio, ficarão sob a guarda do Pregoeiro e serão exibidos, ainda lacrados e com as rubricas, aos participantes, na sessão marcada para o prosseguimento dos trabalhos.

**3.13** Todos os documentos de habilitação apresentados pelas licitantes deverão estar rubricados por seu representante legal ou preposto e numerados em sequência crescente e também deverá constar índice relacionando os documentos e suas respectivas páginas. Esta condição visa agilizar os procedimentos de conferência da documentação, cujo desatendimento não acarretará a inabilitação da licitante.

**3.14** Aberto o envelope “B” da 1ª classificada, todos os documentos nele contidos deverão ser rubricados pelos representantes das licitantes, pelo Pregoeiro e equipe de apoio.

**3.15** Ocorrendo Ponto Facultativo, ou outro fato superveniente de caráter público, que impeça a realização dos eventos nas datas acima marcadas, a licitação ficará automaticamente adiada para o mesmo horário do primeiro dia útil subsequente, independentemente de nova comunicação.

**3.16** Fase de Lances:

**3.16.1** O modo de disputa será aberto;

**3.17** Da sessão pública, lavrar-se-á ata circunstanciada, em que serão registradas as ocorrências relevantes e, ao final, será assinada pelo pregoeiro e demais membros da equipe de apoio, bem como pelas licitantes presentes.

**3.18** A recusa da licitante em assinar a ata, bem como a existência de participante ausente naquele momento, será circunstanciada em ata.

**3.19** O pregoeiro manterá em seu poder os envelopes de habilitação das demais licitantes até a assinatura do termo pela adjudicatária, devendo as referidas licitantes retirá-los no prazo máximo de 60 (sessenta) dias corridos, contados a



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

partir dessa data, sendo que depois de expirado este prazo, os mesmos, juntamente com seus conteúdos, serão destruídos.

#### **4 DA CONDIÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO**

**4.1** Poderão participar desta licitação as pessoas que atuem em ramo pertinente e compatível com o objeto deste certame, e possuam todos os registros necessários para o desempenho regular da atividade, devendo ser comprovado pelo Contrato Social, podendo ser exigidos documentos complementares;

**4.2** Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 16 da Lei nº 14.133/2021, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123/2006 e do Decreto n.º 8.538/2015.

#### **4.3 Não poderão disputar esta licitação:**

**4.3.1** licitantes suspensos temporariamente pela Administração Municipal Direta ou Indireta, com as sanções previstas no art. 14, inciso III da Lei n.º 14.133/2021.

**4.3.2** empresas do mesmo grupo econômico, filiais, conforme o art. 14, § 3º da Lei 14.133/2021.

**4.3.3** pessoas físicas e jurídicas arroladas no art. 14, incisos III e IV e § 1º da Lei 14.133/2021.

**4.3.4** aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

**4.3.5** autor do anteprojeto, do termo de referência/projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados;

**4.3.6** empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**4.3.6.1** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.3.7** pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta;

**4.3.8** aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau;

**4.3.9** pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista;

**4.3.10** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição;

**4.3.11** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei nº 14.133/2021.

## **5 CREDENCIAMENTO**

**5.1 As empresas participantes poderão ser representadas** na sessão do Pregão Presencial por seu representante legal, **condicionado a apresentação de:**

**5.1.1** Carteira de identidade, ou de outro documento equivalente de seu representante legal;

**5.1.2** Procuração conferindo poderes ao representante para formular ofertas e lances verbais, negociar preços, declarar a intenção de interpor recursos, bem



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

como praticar todos os demais atos pertinentes ao certame; ou carta de credenciamento.

**5.1.3** Estatuto / contrato social, a depender do tipo societário, conforme especificado no item 5.2 e subsequentes.

**5.1.4** Os documentos mencionado nos item 5.1.1, 5.1.2 e 5.1.3 deverão ser entregues ao Pregoeiro **fora de envelope**, em momento oportuno, antes do início da sessão.

**5.2 Entende-se por documento credencial:**

**5.2.1** Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;

**5.2.2** No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>;

**5.2.3** As microempresas e empresas de pequeno porte, para utilizarem as prerrogativas estabelecidas na Lei Complementar nº 123/2006, deverão apresentar, **fora dos envelopes**, CERTIDÃO SIMPLIFICADA DA JUNTA COMERCIAL e declaração **anexo V** de que ostentam essa condição e de que não se enquadram em nenhum dos casos enumerados no § 4º, do art. 3º, da referida Lei;

**5.2.4** Ata da respectiva fundação, e o correspondente registro na Junta Comercial, bem como o estatuto com a ata da assembléia de aprovação, na forma do artigo 18 da Lei nº 5.764/71, em se tratando de sociedade cooperativa;

**5.2.5** Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

**5.2.6** Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir;



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**5.2.7** A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração, Lei Federal nº 10.406/2002;

**5.2.8** As Sociedades Anônimas deverão apresentar cópia da ata da assembleia geral ou da reunião do Conselho de Administração atinente à eleição e ao mandato dos atuais administradores, que deverá evidenciar o devido registro na Junta Comercial pertinente ou a publicação prevista na Lei 6.404/76 e suas alterações;

**5.2.9** A ausência de qualquer um dos documentos mencionados anteriormente ocasionará a inabilitação da empresa no credenciamento, **podendo participar do certame, porém, impedida de ofertar lances.**

**5.2.9.1** A ausência desta documentação implicará na impossibilidade da formulação de lances após a classificação preliminar, bem como a perda do direito de manifestar intenção de recorrer das decisões do Pregoeiro, **ficando o mero representante da licitante impedido de se manifestar durante os trabalhos.**

**5.3** **É vedado a um mesmo procurador ou representante legal ou credenciado representar mais de uma licitante**, sob pena de afastamento do procedimento licitatório das licitantes envolvidas.

## **6 DA ABERTURA DOS ENVELOPES, DO JULGAMENTO E LANCES**

**6.1** O presente certame será processado e julgado de acordo com o procedimento estabelecido no art. 33, Inciso I da Lei 14.133/2021, e posteriores alterações.

**6.2** O julgamento do certame será realizado em uma ou mais sessões públicas, sempre com a lavratura da respectiva ata circunstanciada, assinada pelas licitantes presentes, pelo pregoeiro e demais membros da equipe de apoio.

**6.2.1** Para julgamento e classificação das propostas será adotado o critério do **MENOR PREÇO GLOBAL**, observadas as especificações técnicas definidas neste edital e em seus anexos.

**6.3** No dia, local e hora designados no preâmbulo, na presença dos licitantes e/ ou de seus representantes legais que comparecerem no ato, será iniciado os trabalhos, examinando os envelopes “A” – PROPOSTA COMERCIAL e “B” –



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

HABILITAÇÃO, os quais serão rubricados pelos seus membros e representantes presentes, procedendo-se a seguir à abertura dos envelopes “A”.

**6.4** Serão abertos os envelopes “A” – PROPOSTA COMERCIAL, contendo as propostas de preços dos proponentes.

**6.4.1** Uma vez abertas, as propostas serão tidas como imutáveis e acabadas, não sendo admitidas quaisquer providências posteriores tendentes a sanar falhas ou omissões.

**6.4.2** Será efetuado o julgamento e a classificação das propostas em ordem crescente de valor, ou seja, registrará os preços da ordem do menor para o maior, sendo esse primeiro responsável por iniciar os lances.

**6.4.3** A ordem de apresentação pelos licitantes é utilizada como um dos critérios de classificação, de maneira que só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances).

**6.4.3.1** Caso duas ou mais propostas escritas apresentem preços iguais, **será realizado sorteio para determinação da ordem de oferta dos lances.**

**6.4.4** Serão qualificados pelo Pregoeiro, para ingresso na fase de lances, o autor da proposta de menor preço e todos os demais licitantes que tenham apresentado propostas em valores sucessivos e superiores em até 10% (dez por cento) à de menor preço.

**6.5** Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro verificará se o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar atende às condições de participação no certame, conforme previsto no art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021.

**6.5.1** Não havendo pelo menos 3 (três) ofertas nas condições definidas no subitem 12.11, o Pregoeiro proclamará a qualificação preliminar das licitantes com as 03 (três) melhores propostas.

**6.6** O Pregoeiro convidará individualmente as licitantes qualificadas para apresentarem os lances verbais, a começar pelo autor da proposta escrita de menor preço, seguido dos demais, em ordem crescente de valor, na forma dos itens 12.11 a 12.12.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**6.7** O Pregoeiro poderá, motivadamente, estabelecer limite de tempo para lances, bem como o valor ou percentual mínimo para o aumento dos lances, mediante prévia comunicação às licitantes e expressa menção na ata da Sessão.

**6.8** Somente serão aceitos lances cujos valores sejam menores / com menor desconto à última apresentada.

**6.9** A desistência de apresentar lance verbal, quando convocado pelo Pregoeiro, implicará na exclusão da licitante da etapa de lances verbais e na manutenção do último lance apresentado pela licitante, para efeito de ordenação das propostas.

**6.9.1** A desistência dos lances já ofertados sujeitará a licitante às penalidades previstas neste edital.

**6.10** O encerramento da etapa competitiva dar-se-á quando, indagados pelo Pregoeiro, as licitantes qualificadas manifestarem seu desinteresse em apresentar novos lances.

**6.10.1** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60 da Lei nº 14.133/2021 c/c o art. 40, V do Decreto Municipal nº 18.254/2024, nesta ordem:

**6.10.1.1 disputa final**, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação;

**6.10.1.2 Permanecendo o empate**, o pregoeiro realizará o sorteio entre as propostas empatadas em **ato público**, para o qual todos as licitantes serão convocadas, vedado qualquer outro procedimento, conforme **IN SEGES/MGI Nº 79/2024**.

**6.11** Caso não se realizem lances verbais será verificado pelo Pregoeiro a conformidade entre a proposta escrita de menor preço, ficando vedada a aceitação de proposta com preço acima do fixado no Termo de Referência – Anexo I deste edital.

**6.12** Declarada encerrada a etapa competitiva e ordenadas as propostas, o Pregoeiro examinará a aceitabilidade da primeira classificada, quanto ao valor, decidindo motivadamente a respeito, ficando vedada a aceitação de proposta com preço acima do fixado no Termo de Referência – Anexo I deste edital.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**6.13** O pregoeiro poderá solicitar do proponente classificado em primeiro lugar, sem ônus para este Município, apresentação de catálogo ou folder contendo todas as especificações técnicas do item ofertado, para análise e conferência, em conformidade com as especificações exigidas no Termo de Referência, anexo I deste edital.

**6.14** A microempresa ou a empresa de pequeno porte mais bem classificada, nos termos do art. 44 da Lei Complementar nº 123/2006, com preço até 5% (cinco por cento) inferior à proposta de melhor preço, será convocada para apresentar nova proposta no prazo máximo de 5 (cinco) minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, de acordo com o estabelecido no § 3º, art. 45, da Lei Complementar nº 123/06.

**6.15** Caso o licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar tenha se utilizado de algum tratamento favorecido às MEI/EPPs, o pregoeiro verificará se faz jus ao benefício.

**6.15.1** Verificadas as condições de participação e de utilização do tratamento favorecido, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos.

**6.15.2** Não ocorrendo a apresentação da proposta da microempresa ou empresa de pequeno porte, na forma do subitem 12.21, serão convocadas, na ordem classificatória, as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese acima, para o exercício do mesmo direito.

**6.15.3** O disposto no subitem 12.21 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

**6.16** O Pregoeiro poderá negociar diretamente com a licitante vencedora para que seja obtido melhor oferta, devendo a negociação se dar em público e formalizada em ata.

**6.17** Sendo aceitável a proposta final classificada em primeiro lugar, após negociação, será aberto o envelope contendo os documentos de habilitação (ENVELOPE B) da licitante que a tiver formulado, para confirmação das suas condições de habilitação, descritas nos itens 6, 7 e 8 deste edital.





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**6.18** Verificado o atendimento das exigências de habilitação fixadas no edital, o Pregoeiro declarará a licitante vencedora, adjudicando a ela o objeto do certame, caso nenhuma licitante manifeste a intenção de recorrer.

**6.19** A licitante vencedora da disputa de preços deverá encaminhar nova proposta comercial, com os respectivos valores unitários readequados ao valor total vencedor, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da declaração do vencedor.

**6.19.1** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**6.20** Caso a licitante vencedora desatenda as exigências de habilitação, o Pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, na ordem de classificação, verificando, conforme o caso, a aceitabilidade da proposta ou o atendimento das exigências de habilitação, até que uma licitante cumpra as condições fixadas neste edital, sendo o objeto do certame a ela adjudicado quando constatado o desinteresse das demais licitantes na interposição de recursos.

**6.21** Durante a fase de análise das propostas, o pregoeiro poderá solicitar a suspensão da sessão, para que a documentação técnica apresentada pelos licitantes seja analisada, em conjunto, com um representante da Secretaria Demandante, devidamente designado para esse fim.

**6.21.1** O pregoeiro, diante da necessidade de análise mais aprofundada, poderá estabelecer prazo específico para a conclusão da avaliação, comunicando aos licitantes o período de suspensão e a data prevista para a retomada da sessão.

**6.21.2** No caso de bens e serviços em geral, é indício de inexecuibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento) do valor orçado pela Administração. (Art. 32 da IN 73/2022).

## **7 DA PROPOSTA COMERCIAL – ENVELOPE “A”**

**7.1** O envelope “A”, com o título “PROPOSTA COMERCIAL”, deverá conter:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**7.1.1** A Proposta Comercial da licitante, conforme (ANEXO II) ou em documento idêntico elaborado pela licitante, devidamente preenchidas, sem alternativas, opções, emendas, ressalvas, borrões, rasuras ou entrelinhas, e dela deverão constar:

**7.1.1.1** No envelope contendo a proposta comercial (ENVELOPE A), deverá apresentar e preencher seus Preços Unitários e Totais, para cada item, ou seja, apresentar proposta comercial, planilha orçamentária de custos e quantidades e tabela BDI.

**7.1.1.2** Identificação social, número do CNPJ, assinatura do representante da proponente, referência a esta licitação, número de telefone, endereço e dados bancários;

**7.1.1.3** Descrição clara dos itens cotados, de acordo com as especificações conforme Termo de Referência – Anexo I ao edital;

**7.1.1.4** Preço Global, não se admitindo quaisquer acréscimos de outros valores (nos preços resultantes deverão estar computados todos os ônus, direitos e obrigações vinculadas à legislação fiscal e comercial, frete, etc.); e

**7.1.1.5** Indicação do prazo de validade da Proposta Comercial de no mínimo 60 (sessenta) dias, contados da data de sua entrega ao Pregoeiro.

**7.2 Será desclassificada a proposta vencedora que:**

**7.2.1** conter vícios insanáveis;

**7.2.2** não obedecer às especificações técnicas contidas no Termo de Referência;

**7.2.3** Permanecerem acima do preço máximo definido para a contratação;

**7.2.4** apresentar preços inexequíveis e não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**7.2.5** apresentar desconformidade com quaisquer outras exigências deste Edital ou seus anexos, desde que insanável.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

7.3 O licitante será convocado para manifestação previamente a uma eventual desclassificação. (IN nº 3/2018, art. 29, §2º).

7.4 Constatada a existência de sanção, o licitante será reputado inabilitado, por falta de condição de participação.

7.5 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta

7.6 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo fornecedor, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja redução do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação;

7.6.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

7.6.1.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, visto que a mesma não poderá utilizar os benefícios concedidos pela legislação em sua Planilha de Preço, uma vez que a contratação de serviços mediante disponibilização de mão de obra com dedicação exclusiva gera a exclusão obrigatória do Simples Nacional, nos termos do art. 17, XII, da Lei Complementar n. 123/2006.

## **8 DOS DOCUMENTOS HABILITAÇÃO – ENVELOPE “B”**

8.1 A LICITANTE deverá apresentar as certidões negativas emitidas pelos seguintes órgãos, ou o agente de contratação poderá realizar as consultas diretamente nos respectivos sistemas:

8.1.1 SICAF;

8.1.2 Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União ([www.portaldatransparencia.gov.br/ceis](http://www.portaldatransparencia.gov.br/ceis));



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

8.1.3 Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça ([www.cnj.jus.br/improbidade\\_adm/consultar\\_requerido.php](http://www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php)).

8.1.4 Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU;

8.1.5 As certidões deverão ser emitidas em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429/1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

8.2 Caso o licitante conste em qualquer um dos Cadastros mencionados nos itens acima, com o registro de penalidade que impeça a sua participação em licitação ainda em vigor ou contratação futura, não poderá prosseguir no certame, cabendo ao pregoeiro declarar tal condição.

**8.3 Deverá fornecer a certidão comprovando seu cadastro no SICAF;**

**8.4 Se o licitante desatender às exigências previstas no item 6, o pregoeiro examinará a oferta subsequente na ordem de classificação, verificando a sua aceitabilidade e procedendo a sua habilitação, repetindo esse procedimento sucessivamente, se for necessário, até a apuração de uma proposta que atenda ao Edital, sendo o respectivo licitante declarado vencedor.**

**8.5 A verificação pelo órgão ou entidade promotora do certame nos sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.**

## **8.6 DOS DOCUMENTOS PARA HABILITAÇÃO JURÍDICA**

8.6.1 Para fins de comprovação da habilitação jurídica, deverão ser apresentados, conforme o caso, os seguintes documentos:

8.6.1.2 Cédula de identidade e CPF dos sócios ou dos diretores;

8.6.1.3 Registro Comercial, no caso de empresário pessoa física;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

8.6.1.4 Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades empresárias, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores.

8.6.1.5 No caso de Microempreendedor Individual, apresentar o Certificado da Condição de Microempreendedor Individual – CCMEI, disponível em <http://www.portaldoempreendedor.gov.br>.

8.6.1.6 Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades simples, acompanhada de prova de diretoria em exercício;

8.6.1.7 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.

8.6.1.8 A sociedade simples que não adotar um dos tipos regulados nos artigos 1.039 a 1.092, deverá mencionar, no contrato social, por força do art. 997, inciso VI, as pessoas naturais incumbidas da administração, Lei Federal nº 10.406/2002;

## **8.7 DA COMPROVAÇÃO DA REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA**

8.7.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

8.7.1.2 prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) acompanhado do Quadro de Sócios e Administradores;

8.7.1.3 prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;

8.7.1.4 prova de regularidade perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

8.7.1.4.1 Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange,



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas “a” à “d”, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212/1991;

8.7.1.4.2 Fazenda Estadual: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação - ICMS, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e da Procuradoria-Geral do Estado com relação a débitos inscritos em Dívida Ativa, quando for o caso.

8.7.1.4.3 Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS.

**8.8 Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;**

8.8.1 prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

8.8.1.2 O MEI/ME/EPP deverão apresentar os documentos elencados na Regularidade Fiscal e Trabalhista deste Pregão Eletrônico, mesmo que apresentem alguma restrição;

8.8.1.3 Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista exigidas neste Edital, será (ão) assegurado(s) ao (s) microempreendedores individuais, à(s) microempresa(s) e empresa(s) de pequeno porte adjudicatária(s) deste certame o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir do momento em que for(em) declarada(s) a(s) vencedora(s), prorrogável por igual período, a critério da Administração municipal, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa;

8.8.1.4 A não-regularização da documentação, no prazo previsto no item 6.11.1.2, implicará decadência do direito à(s) contratação (ões), sem prejuízo das sanções previstas nos artigos 155 e 156 da Lei Federal nº 14.133/2021, sendo facultado à Administração convocar as licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para celebrar (em) a(s) contratação (ões), ou revogar a licitação.

**8.9 DA HABILITAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

8.9.1 Todos os licitantes deverão apresentar Certidão negativa de falência, concordata ou recuperação judicial, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica há menos de 90 (noventa) dias da data da licitação, exceto quando dela constar o prazo de validade.

8.9.1.2 Para a licitante sediada na Cidade do Rio de Janeiro, esta prova será feita mediante apresentação da Certidão expedida pelo 2º Ofício de Registro de Distribuição da Comarca da Capital, na forma do Provimento CGJ nº 55/2023.

8.9.1.2.1 A licitante, sediada em outra comarca ou estado da federação, poderá apresentar, mediante solicitação do(a) Pregoeiro(a) no sistema eletrônico, declaração passada pelo foro de sua sede ou qualquer outro documento idôneo que indique os cartórios ou ofícios de registro que controlam a distribuição dos pedidos de falências e concordatas.

8.9.2 No caso de as certidões apontarem a existência de algum fato ou processo relativo à solicitação de falência ou recuperação judicial, a empresa deverá apresentar a certidão emitida pelo foro competente, informando em que fase se encontra o feito em juízo.

8.9.3 As empresas que estiverem em recuperação judicial ou extrajudicial deverão apresentar o plano de recuperação devidamente homologado pelo juízo competente.

8.9.4 **Balanco patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos últimos 02 (dois) exercícios sociais**, já exigíveis, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrados há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta, que permitam aferir a condição financeira da empresa licitante, devidamente registrado na Junta Comercial

8.9.4.2 O MEI está dispensado de apresentar o balanço patrimonial.

8.9.4.3 A licitante que utiliza a Escrituração Contábil Digital – ECD deverá apresentar o balanço patrimonial autenticado na forma eletrônica, pelo Sistema Público de Escrituração Digital – SPED, **acompanhado do termo de autenticação eletrônica, constando o recibo de entrega, e os termos de abertura e de encerramento.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

8.9.5 Serão considerados e aceitos como na forma da lei os balanços patrimoniais e demonstrações contábeis que contenham as seguintes exigências:

8.9.5.2 Quando se tratar de sociedades anônimas, o balanço deverá ser apresentado em publicação no Diário Oficial do Estado de sua sede e jornais de grande circulação;

8.9.5.3 Quando se tratar de outro tipo societário, o balanço patrimonial acompanhado dos termos de abertura e de encerramento do Livro Diário deverá ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

8.9.6 Quando se tratar de sociedade constituída há menos de 02 (dois) anos, os documentos no item 6.12.3 limitar-se-ão ao último exercício;

8.9.7 Quando se tratar de sociedade constituída no exercício financeiro da licitação, essa poderá apresentar apenas o balanço de abertura, o qual deverá conter a identificação legível e assinatura do responsável contábil da empresa, devidamente registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC, bem como ser devidamente autenticado na Junta Comercial da sede ou domicílio da licitante ou em outro órgão equivalente.

8.9.8 O licitante deverá apresentar os seguintes índices contábeis, extraídos do último balanço patrimonial ou do balanço patrimonial referente ao período de existência da sociedade, para a verificação da situação financeira das empresas, contendo:

8.9.8.2 Índice de Liquidez Corrente (LC) = avalia a capacidade da empresa de saldar suas obrigações à curto prazo.

8.9.8.3 Índice de Liquidez Geral (LG) = mede a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas à curto e longo prazo.

8.9.8.4 Solvência Gera (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência. Solvência Gera (SG) = expressa a capacidade da empresa de liquidar suas dívidas no caso de falência.

LC= Liquidez Corrente – igual ou superior a 1





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

LG= Liquidez Geral – igual ou superior a 1

SG= Solvência Geral – igual ou superior a 1

LG= Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

SG= Ativo Total

Passivo Circulante + Exigível a Longo Prazo

LC= Ativo Circulante

Passivo Circulante

Onde: AC = Ativo Circulante

AT= Ativo Total

RLP= Realizável a Longo Prazo

PC= Passivo Circulante

ELP= Exigível a Longo Prazo

8.9.9 O licitante com resultado em quaisquer dos índices contábeis, igual ou menor que 1,0 (um), deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação, por meio da apresentação do balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, apresentados na forma da lei.

8.10 Os documentos elencados no item 6 e subsequentes, deverão ser dentro do envelope “B” (HABILITAÇÃO), apresentados em via original, ou substituídos por cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração, ou ainda, por publicação em órgão da Imprensa Oficial, sob pena de inabilitação e consequente eliminação automática deste certame.

8.11 Não serão aceitos “protocolos de requerimentos”, certidões ou solicitação de documentos, em substituição aos documentos requeridos no presente Edital e seus Anexos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

## **9 DA QUALIFICAÇÃO TÉCNICA**

9.1 Comprovação de aptidão por meio de atestado de capacidade técnica, que comprove que a empresa licitante tenha fornecido objeto compatível com o licitado, podendo ser emitido por pessoa jurídica de direito público ou privado.

## **10 DAS DECLARAÇÕES**

**10.1 Declaração de que não lhe foram aplicadas penalidades de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar perante a Administração Pública Municipal Direta ou Indireta**

10.1.1 Ficam impedidas de participar de Contratações e Licitações no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção conforme Art. 156, § 4º da Lei 14.133/2021.

**10.2 Declaração de Elaboração Independente de Proposta**, constante do Anexo VIII.

**10.3 Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7º, inciso XXXIII, da CRFB.**

**10.4 Declaração de que atende aos requisitos de habilitação, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei Federal nº 14.133/2021).**

**10.5 Declaração de idoneidade.**

## **11 DA PROVA DE CONCEITO**

11.1 A solução deverá atender os parâmetros abaixo. Será exigido o atendimento de 90% dos itens para a prova de conceito:

11.1.1 A solução deverá ser composta, obrigatoriamente, por 02 (dois) componentes integrados e interoperáveis, os quais deverão operar de forma complementar, garantindo comunicação contínua, sincronização de dados e



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

pleno funcionamento das funcionalidades previstas, sem a necessidade de integrações externas adicionais. Os componentes exigidos são:

- 11.1.1.2 Painel Administrativo Web: plataforma acessível por meio de navegador de internet, destinada às atividades de gestão, administração, configuração, parametrização, moderação de conteúdo, acompanhamento de usuários, emissão de relatórios gerenciais e análise de dados, devendo possuir interface responsiva, segura e compatível com os principais navegadores utilizados no mercado;
- 11.1.1.3 Aplicativo Móvel (Mobile): aplicação destinada ao uso pelos alunos, devendo ser compatível com os sistemas operacionais iOS e Android, garantindo adequada usabilidade, desempenho e acessibilidade. O aplicativo deverá ser disponibilizado, obrigatoriamente, nas lojas oficiais Apple App Store e Google Play Store, observando integralmente as políticas, diretrizes técnicas, requisitos de segurança e critérios de publicação vigentes em cada plataforma.
- 11.1.1.4 **A análise da prova de conceito será realizada por servidor designado pela secretaria demandante que participará da sessão.**

## **12 DA VISITA TÉCNICA**

**12.1** Não será necessária neste certame.

## **13 DOS RECURSOS**

13.1 Declarado vencedor, será concedida a oportunidade, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer.

13.2 A interposição de recurso referente ao julgamento das propostas, à habilitação ou inabilitação de licitantes, à anulação ou revogação da licitação, observará o disposto no art. 165 da Lei nº 14.133/2021.

13.3 O prazo recursal é de 3 (três) dias úteis, contados da data de intimação ou de lavratura da ata.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

13.4 Quando o recurso apresentado impugnar o julgamento das propostas ou o ato de habilitação ou inabilitação do licitante:

13.4.1 a intenção de recorrer deverá ser manifestada imediatamente após o ato, sob pena de preclusão;

13.4.2 o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação;

13.4.3 na hipótese de adoção da inversão de fases prevista no § 1º do art. 17 da Lei nº 14.133/2021, o prazo para apresentação das razões recursais será iniciado na data de intimação da ata de julgamento.

13.5 O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

13.6 O recurso será dirigido à autoridade que tiver editado o ato ou proferido a decisão recorrida, a qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de até 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**13.7 Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.**

13.8 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final.

13.9 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

13.10 Os recursos deverão ser encaminhados para o e-mail [cgc.pmvr@gmail.com](mailto:cgc.pmvr@gmail.com).

## **14 DA ADJUDICAÇÃO, DA HOMOLOGAÇÃO E DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** Não sendo interposto recurso, o Ordenador de Despesas adjudicará o objeto do certame ao arrematante, com a posterior homologação do resultado pelo ORDENADOR DE DESPESAS.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

14.1.1 Havendo interposição de recurso, após o julgamento, o ORDENADOR DE DESPESAS, adjudicará e homologará o procedimento.

14.2 Uma vez homologado o resultado da licitação pelo ORDENADOR DE DESPESAS, o licitante vencedor será notificado, por escrito, para assinatura da Ata, após notificado, terá um prazo de 05 (cinco) dias para devolução dessa.

14.3 Deixando o adjudicatário de assinar/devolver o contrato / Ata no prazo fixado, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas, após a licitação ter retornado à fase de habilitação pelo ORDENADOR DE DESPESAS, poderá o Pregoeiro examinar as ofertas subsequentes e a qualificação dos licitantes, na ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, desde faça o valor do arrematante.

14.4 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar a ata / contrato, aceitar ou retirar/devolver o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-o às penalidades legalmente estabelecidas.

14.5 O vencedor deverá informar os dados bancários, número da conta e agência e manter todos os requisitos de habilitação em sua validade;

14.6 O licitante vencedor deverá apresentar ainda, Declaração (anexo 4) de que preenche, em seus quadros, o percentual mínimo de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa portadora de deficiência habilitada, na seguinte proporção:

14.6.1 de cem a duzentos empregados, 2% (dois por cento);

14.6.2 de duzentos e um a quinhentos empregados, 3% (três por cento);

14.6.3 de quinhentos e um a mil empregados, 4% (quatro por cento);

14.6.4 mais de mil empregados, 5% (cinco por cento).

14.6.5 A empresa que possuir em seu quadro menos de 100 (cem) empregados está isenta do cumprimento do art. 93 da Lei nº 8.213/91, devendo, no entanto, apresentar declaração informando a quantidade existente em seu quadro funcional.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

14.7 O instrumento de contrato é obrigatório, salvo nas hipóteses de compras com entrega imediata e integral dos bens adquiridos e dos quais não resultem em obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independente do seu valor, hipótese em que a Administração poderá substituí-lo por outro instrumento hábil como carta-contrato, nota de empenho de despesas, autorização de compra ou execução de ordem de serviços. (Art. 95 § 2 lei 14.133/2021)

14.8 Considerando o artigo 123 da Lei Municipal n.º 1.896/1984 (Código Tributário Municipal) – tabela XI – item 11.11: é determinado ao contratado, após homologação, o pagamento da taxa de expediente para Contratos com o Município. Havendo necessidade de prorrogações, a mesma taxa será cobrada para todas as prorrogações.

14.8.1 O referido Documento de Arrecadação - DAR para Contrato citada acima, será entregue ao contratado para pagamento, cujo comprovante deverá ser apresentado para assinatura do contrato.

14.8.2 O valor correspondente ao DAR supracitado está sujeito a reajustes, conforme legislação tributária municipal.

14.9 É facultado ao contratado a assinatura digital em todas as folhas do contrato/ata de registro de preços), se for o caso; (Lei 14.063/2020), por meio de certificador digital, desde que esteja disponibilizada a sua consulta e autenticidade no site do respectivo assinador digital.

## **15 DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

15.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

15.2 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento da entrega.

15.2.1 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

15.3 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

15.4 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e o débito será atualizado de acordo com o IPCA *pro rata die* entre a data prevista para o vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento.

15.5 Por eventuais antecipações nos pagamentos das faturas, a Contratada poderá conceder à Contratante um desconto, a título de antecipação financeira, calculado de acordo com o IPCA *pro rata die*.

15.6 Caso o objeto não seja executado no prazo contratual, o valor antecipado deverá ser devolvido. (Art. 145, § 3, Lei 14.133/2021);

## **16 DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

16.1 Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

16.1.1 deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

16.1.2 Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

16.1.2.2 não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

16.1.2.3 recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

16.1.2.4 pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva;  
ou

16.1.2.5 deixar de apresentar amostra;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

16.1.2.6 apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

16.1.3 não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

16.1.3.2 recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

16.1.4 apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

16.1.5 fraudar a licitação;

16.1.6 comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

16.1.6.2 agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

16.1.6.3 induzir deliberadamente a erro no julgamento;

16.1.6.4 apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

16.1.7 praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;

16.1.8 praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846/2013.

16.2 Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

16.2.1 Advertência;

16.2.2 Multa;

16.2.3 Impedimento de contratar e licitar; e





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

16.2.4 declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

16.3 Na aplicação das sanções serão considerados:

16.3.1 a natureza e a gravidade da infração cometida.

16.3.2 as peculiaridades do caso concreto;

16.3.3 as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

16.3.4 os danos que dela provierem para a Administração Pública;

16.3.5 a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle;

16.4 A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 30 (trinta) dias úteis, a contar da comunicação oficial

16.4.1 Para as infrações previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

16.4.2 Para as infrações previstas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;

16.5 As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

16.6 Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação;

16.7 A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

16.8 Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 16.1.4, 16.1.5, 16.1.6, 16.1.7 e 16.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 16.1.1, 16.1.2 e 16.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

16.9 A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 16.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

16.10 Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

16.11 Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

16.12 O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

16.13 A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

## **17 DA EXECUÇÃO DO OBJETO E DA GESTÃO CONTRATUAL**

17.1 O objeto da contratação deverá ser executado fielmente, de acordo com este instrumento convocatório e com o Termo de Referência, assim como a



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

17.2 A execução do objeto contratado será acompanhada e fiscalizada por representante (s) do CONTRATANTE especialmente designado pelo Secretário Municipal de Educação, podendo ser substituído (s), em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor lotado na mesma Secretaria ou equivalente;

17.3 O objeto da contratação será recebido na seguinte forma:

17.3.1 provisoriamente, para efeito de posterior verificação da conformidade do material com a especificação;

17.3.2 definitivamente, após a verificação da qualidade e da quantidade do material, no prazo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório.

17.4 O recebimento provisório ou definitivo do objeto da contratação não exclui a responsabilidade civil a ele relativa, nem a ético-profissional, pela sua perfeita execução do Contrato.

17.5 O servidor a que se refere o item 16.3, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à entrega do objeto, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

17.6 Salvo se houver exigência a ser cumprida, o processamento da aceitação provisória e/ou definitiva deverá ficar concluído no prazo de 15 (quinze) dias, contados da entrada do respectivo requerimento no protocolo do ÓRGÃO LICITANTE.

17.7 Em caso de eventual inexecução total ou parcial do objeto, a administração não efetuará o recebimento do objeto e fará constar do parecer circunstanciado as pendências verificadas, assinalando prazo para a futura contratada cumprir integralmente o objeto, o que, desde logo, caracteriza mora da prestação.

17.8 O prazo para a execução do objeto será de acordo com o estipulado no item 2 deste instrumento convocatório.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

17.9 O licitante vencedor, ao participar da licitação, anui com todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

17.10 A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade do futuro contratado, nem o exime de manter fiscalização própria.

17.11 Fica obrigada a contratada manter preposto, aceito pela Administração, para representá-lo na execução do contrato.

## **18 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

18.1 Qualquer pessoa é parte legítima para impugnar este Edital por irregularidade na aplicação da Lei nº 14.133/2021, devendo protocolar o pedido até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura do certame.

18.2 A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgado em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame.

18.3 A impugnação e o pedido de esclarecimento poderão ser realizados por forma eletrônica, através do email: [cgc.pmvr@gmail.com](mailto:cgc.pmvr@gmail.com) ou presencialmente à Praça Sávio Gama, nº 63, 3º andar, nesta CGC.

18.4 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

18.4.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo agente de contratação, nos autos do processo de licitação.

18.5 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

## **19 DO REAJUSTE**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

19.1 Os preços são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano contado da data de apresentação da proposta da contratada na licitação.

19.1.1 Dentro do prazo de vigência do contrato, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.2 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.3 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

19.4 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.5 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.6 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.7 O reajuste será realizado por termo aditivo.

## **20 DISPOSIÇÕES GERAIS**

**20.1 É facultada ao Pregoeiro ou Ordenador de Despesas, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originariamente da proposta.**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

20.2 A presente licitação poderá ser revogada quando estiver de acordo com o art. 71, II da Lei 14.133/2021.

20.3 Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do término.

20.4 Qualquer divergência entre o edital e o sistema, prevalecerá o Edital.

20.5 A **Administração opta pela não adoção do Orçamento Sigiloso**, cujo efeito positivo seria nulo em caso de adoção, ou poderia até mesmo restringir a competição.

20.6 Ficam os licitantes sujeitos às sanções administrativas, cíveis e criminais cabíveis caso apresentem na licitação, qualquer declaração falsa que não corresponda à realidade dos fatos.

20.7 Acompanham este edital os seguintes anexos:

Anexo I	<b>Termo de Referência</b>
Anexo II	<b>Proposta Detalhe</b>
Anexo III	<b>Modelo de Declaração de Atendimento ao disposto no art. 7.º, inciso XXXIII, da Constituição Federal</b>
Anexo IV	<b>Declaração de que dispõe em seus quadros funcionais do percentual mínimo de beneficiários da Previdência Social (Decreto 8.213/91)</b>
Anexo V	<b>Modelo de Declaração de enquadramento da empresa licitante como Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte</b>
Anexo VI	<b>Declaração de Elaboração Independente de Proposta</b>
Anexo VII	<b>Minuta da Ata de Registro de Preços</b>
Anexo VIII	<b>Minuta do Contrato</b>
Anexo IX	<b>Estudo Técnico Preliminar</b>

20.8 A homologação do resultado desta licitação não importará direito à contratação.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

20.9 Os casos omissos serão resolvidos pelo Ordenador de Despesas, com auxílio do Pregoeiro e da Equipe de Apoio.

Volta Redonda, 15 de junho de 2026.

Autorizado por:

---

**Osvaldir Geraldo Denadai  
Secretário Municipal de Educação  
Ordenador de Despesas**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

## ANEXO I AO EDITAL

### TERMO DE REFERÊNCIA

#### INTRODUÇÃO

	<b><i>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO <u>NÃO</u> CONTINUADO</i></b>
<b><i>x</i></b>	<b><i>PRESTAÇÃO DE SERVIÇO CONTINUADO</i></b>
	<b><i>COMPRAS (AQUISIÇÃO)</i></b>

Este TERMO DE REFERÊNCIA reúne o conjunto de informações necessárias e as condições mínimas exigíveis para a **contratação de pessoa jurídica especializada para implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação, destinado aos profissionais da rede pública municipal de ensino, com foco no atendimento e inclusão de alunos neurodivergentes**, com vistas a atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

#### FUNDAMENTAÇÃO:

Justifica-se a contratação de pessoa jurídica com experiência comprovada para a implementação do “Programa de Formação em Neurociência da Educação, destinado aos profissionais da rede pública municipal de ensino, com foco no atendimento a alunos neurodivergentes, desde a Pré-Escola até o 2º Segmento do Ensino Fundamental”, considerando a crescente demanda por capacitação profissional aplicada à educação inclusiva e sua utilização no contexto escolar.

A ampliação da demanda por atendimento adequado a alunos neurodivergentes na rede pública municipal de ensino impõe ao Município de Volta Redonda o fortalecimento de ações estruturadas, contínuas e fundamentadas em metodologias





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

pedagógicas reconhecidas, assegurando o cumprimento do direito constitucional à educação inclusiva e à aprendizagem com equidade.

Nesse cenário, torna-se necessária a contratação de empresa especializada para implementação do referido Programa de Formação em Neurociência da Educação, voltado à capacitação de professores, mediadores e demais profissionais da rede municipal, abrangendo desde a Pré-Escola até o 2º Segmento do Ensino Fundamental.

A solução pretendida possui características padronizadas e amplamente disponíveis no mercado nacional, sendo composta por serviços de capacitação continuada e plataforma tecnológica com funcionalidades objetivamente definidas, passíveis de comparação entre os licitantes, permitindo o enquadramento do objeto como serviço comum, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei Federal nº 14.133/2021.

As funcionalidades da plataforma, os módulos de ensino, os mecanismos de acompanhamento pedagógico e os recursos tecnológicos previstos neste Termo de Referência são usualmente ofertados por empresas especializadas do segmento educacional e tecnológico, inexistindo solução singular ou exclusiva que inviabilize a competição.

O Programa prevê formação estruturada em módulos independentes, contemplando atividades em formato híbrido, suporte técnico, acompanhamento pedagógico, espaços de discussão e monitoramento do desempenho dos participantes.

A contratação busca solução padronizada de mercado, baseada em funcionalidades previamente definidas pela Administração Pública, sem transferência ao contratado da concepção intelectual da política pública educacional do Município.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

Diante disso, verifica-se que a contratação proporcionará benefícios concretos no âmbito educacional, contribuindo para o fortalecimento das práticas pedagógicas inclusivas e para o aprimoramento da rede pública municipal de ensino.

A contratação será realizada mediante **Pregão Presencial**, adotando-se o critério de julgamento de **menor preço global**, nos termos dos art. 6º, inciso XLI, 28, inciso I, e 29 da Lei Federal nº 14.133/2021.

A adoção do Pregão Presencial mostra-se adequada em razão da natureza comum do objeto, considerando que os serviços pretendidos possuem especificações usuais de mercado e padrões objetivos de desempenho e qualidade. Além disso, a forma presencial se justifica pela necessidade de maior interação entre a Administração e os licitantes durante a sessão pública, proporcionando maior eficiência na condução do certame, especialmente quanto à análise das propostas, negociação de preços e esclarecimento de eventuais dúvidas relacionadas à execução dos serviços.

As funcionalidades da plataforma tecnológica, os módulos de capacitação, os mecanismos de acompanhamento pedagógico e os requisitos operacionais foram descritos de forma objetiva e padronizada, permitindo a formulação de propostas equivalentes e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública.

No que se refere à forma de contratação, destaca-se que esta se dará por meio do **Sistema de Registro de Preços (SRP)**, em razão da necessidade de flexibilidade na execução do objeto ao longo do período estimado de 12 (doze) meses. Embora exista um cronograma previsto para a realização das formações, não há garantia de seu fiel cumprimento, tendo em vista possíveis variáveis administrativas, pedagógicas e operacionais que podem impactar o planejamento inicialmente estabelecido.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

Dessa forma, o SRP apresenta-se como a solução mais adequada, pois permite à Administração realizar contratações de forma parcelada, conforme a demanda efetiva, evitando contratações desnecessárias ou insuficientes. Além disso, o sistema contribui para maior eficiência na gestão dos recursos públicos, garantindo economicidade, planejamento e melhor controle da execução contratual.

Assim, conclui-se que a contratação de profissionais especializados para a implementação do Programa de Formação em Neurociência da Educação neste Município é medida necessária, estratégica e plenamente justificada, considerando a complexidade do objeto, a crescente demanda por conhecimento científico aplicado à educação e o compromisso institucional com a efetividade da inclusão.

A iniciativa representa investimento estruturante na rede municipal, promovendo a qualificação técnica dos profissionais, o aprimoramento das práticas pedagógicas e, sobretudo, o desenvolvimento cognitivo, emocional, social e acadêmico dos estudantes neurodivergentes, garantindo que cada aluno tenha condições reais de aprender e se desenvolver plenamente.

Utilizando-se do memorial de cálculo presente no Estudo Técnico Preliminar que precede este Termo de referência chegamos ao quantitativo que será suficiente para suprir a demanda da Secretaria Municipal de Educação por um período de 12 (doze) meses, conforme quantidades e especificações abaixo.

### **JUSTIFICATIVA DO SRP:**

Baseado no Decreto Municipal n.º 18.256 de 16 de fevereiro de 2024, a contratação pelo Sistema de Registro de Preços se faz necessária, devido às hipóteses a seguir:



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

I - Haverá a necessidade de contratações frequentes;

II - É conveniente a aquisição dos bens com previsão de entregas;

III - Não é possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

No que se refere às quantidades, cabe esclarecer que a quantidade estimada é para atender aproximadamente o período de (12) doze meses.

As quantidades foram estimadas com base no levantamento do número de profissionais vinculados à Secretaria Municipal de Educação e à FEVRE, realizado através do Estudo Técnico Preliminar (ETP).

A adoção do Sistema de Registro de Preços (SRP) para a contratação de pessoa jurídica especializada na implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação justifica-se pela natureza continuada, variável e de demanda incerta do objeto pretendido.

A formação dos profissionais da rede pública municipal de ensino, especialmente no que se refere ao atendimento e inclusão de alunos neurodivergentes, demanda ações pedagógicas que ocorrerão de forma gradual, escalonada e conforme a necessidade da Administração, considerando fatores como:

- ingresso e lotação de novos profissionais na rede;
- ampliação da oferta educacional, inclusive em regime de tempo integral;
- identificação contínua de estudantes com necessidades educacionais específicas;
- adequação das práticas pedagógicas às diretrizes inclusivas.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

Diante desse cenário, não é possível estabelecer previamente o quantitativo exato de formações a serem realizadas durante a vigência contratual, o que torna o SRP o instrumento mais adequado, por permitir a **contratação sob demanda**, com pagamentos condicionados à efetiva execução dos serviços.

Além disso, o SRP proporciona maior eficiência administrativa, ao evitar a realização de múltiplos procedimentos licitatórios para o mesmo objeto, bem como assegura padronização, economicidade e celeridade nas futuras contratações decorrentes da ata.

Ressalta-se, ainda, que o objeto apresenta características que podem demandar adequações metodológicas e expansão ao longo do tempo, em razão da evolução das políticas públicas de educação inclusiva e das especificidades da rede municipal de ensino, reforçando a necessidade de um instrumento contratual flexível.

Assim, a utilização do Sistema de Registro de Preços mostra-se a alternativa mais vantajosa para a Administração Pública, por atender aos princípios do planejamento, eficiência, economicidade e interesse público, previstos na legislação vigente.

## **1 - DESCRIÇÃO DO OBJETO E VALOR DA AQUISIÇÃO:**

1.1 O objeto do presente procedimento administrativo é a contratação de pessoa jurídica especializada para implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação, destinado aos profissionais da rede pública municipal de ensino, com foco no atendimento e inclusão de alunos neuro divergentes para o atendimento a Secretaria Municipal de Educação e a FEVRE, conforme especificações abaixo e, no quantitativo indicado no ETP e registrado na Planilha deste Termo de Referência (subitem 1.2, abaixo).



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

1.2 Planilha estimativa de quantitativo; preços unitários e valores máximos admitidos pelo município:

Item	Quant.	Unid.	Especificação	Valor Mensal	Valor Anual
01	12	Meses	Implementação de “Programa de Formação em Neurociências da Educação, para profissionais da rede pública municipal de ensino, em relação aos alunos Neuro divergentes, desde a Pré-Escola ao 2º Segmento do Ensino Fundamental”. <b>3629</b> Licenças para Profissionais do Magistério	R\$ 326.247,10	R\$ 3.914.965,20
Valor total para 12 meses: R\$ 3.914.965,20					

1.2.1 Implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação para profissionais da rede pública municipal de ensino, em relação aos alunos neurodivergentes, desde a Pré-Escola ao 2º Segmento do Ensino Fundamental.

1 – A equipe técnica responsável pela execução pedagógica do programa deverá possuir profissionais com formação compatível com as áreas de educação, neurodesenvolvimento, psicologia, educação inclusiva ou áreas correlatas,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

admitindo-se comprovação mediante experiência profissional, especialização, capacitação técnica ou formação acadêmica pertinente ao objeto.

2 – A empresa deverá comprovar experiência anterior compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.

1.2.2 A solução deverá atender os parâmetros abaixo. Será exigido o atendimento de 90% dos itens para a prova de conceito:

A solução deverá ser composta, obrigatoriamente, por 02 (dois) componentes integrados e interoperáveis, os quais deverão operar de forma complementar, garantindo comunicação contínua, sincronização de dados e pleno funcionamento das funcionalidades previstas, sem a necessidade de integrações externas adicionais. Os componentes exigidos são:

**I. Painel Administrativo Web:** plataforma acessível por meio de navegador de internet, destinada às atividades de gestão, administração, configuração, parametrização, moderação de conteúdo, acompanhamento de usuários, emissão de relatórios gerenciais e análise de dados, devendo possuir interface responsiva, segura e compatível com os principais navegadores utilizados no mercado;

**II. Aplicativo Móvel (Mobile):** aplicação destinada ao uso pelos alunos, devendo ser compatível com os sistemas operacionais iOS e Android, garantindo adequada usabilidade, desempenho e acessibilidade. O aplicativo deverá ser disponibilizado, obrigatoriamente, nas lojas oficiais Apple App Store e Google Play Store, observando integralmente as políticas, diretrizes técnicas, requisitos de segurança e critérios de publicação vigentes em cada plataforma.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

1.2.2 - A integração entre os componentes deverá assegurar interoperabilidade plena, compartilhamento automático de informações em tempo real, padronização operacional e continuidade dos serviços ofertados, garantindo eficiência, confiabilidade e segurança no ambiente da solução.

1.2.3 - A CONTRATADA será responsável pela publicação, manutenção, atualização e regularização das contas de desenvolvedor junto às respectivas lojas durante toda a vigência contratual.

1.2.4 - A empresa que se candidatar ao certame deverá possuir capacidade técnica e operacional para fornecer solução tecnológica integrada composta por aplicativo mobile e painel administrativo web, destinados à gestão de cursos, acompanhamento pedagógico, comunicação colaborativa, emissão de certificados digitais e funcionalidades correlatas. As funcionalidades previstas deverão observar padrões usuais de mercado e poderão ser implementadas mediante utilização de quaisquer tecnologias equivalentes que atendam adequadamente aos requisitos funcionais definidos neste Termo de Referência, vedada a exigência implícita de tecnologia proprietária específica.

1.2.5 - No âmbito do aplicativo mobile, a empresa interessada deverá demonstrar capacidade para entregar solução compatível com autenticação segura de usuários, recuperação de senha, gerenciamento de perfil e proteção de dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Os requisitos tecnológicos previstos neste Termo possuem caráter exemplificativo e referencial, admitindo-se a utilização de tecnologias equivalentes que assegurem desempenho, segurança, interoperabilidade e funcionamento adequado da solução.

1.2.6 - A solução deverá permitir um ambiente colaborativo para interação entre usuários, compartilhamento de informações, gerenciamento de conteúdo e mecanismos automatizados de apoio às atividades educacionais. Para tanto, a empresa candidata deverá possuir capacidade técnica para desenvolver este ambiente em formato de fórum, permitindo a publicação de perguntas e respostas, marcação de soluções e integração com Inteligência Artificial para geração automática de respostas identificadas com selo próprio, além de mecanismos de avaliação da utilidade das respostas fornecidas pela IA. Tal exigência demonstra a necessidade de experiência em integração de serviços





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

inteligentes e gerenciamento de comunidades digitais. Adicionalmente, deverá ser disponibilizado módulo de atendimento psicológico em tempo real, com exibição de disponibilidade de profissionais, abertura de atendimentos, troca instantânea de mensagens via tecnologias de comunicação síncrona e armazenamento de histórico das conversas. Assim, a empresa participante deverá comprovar capacidade de implementação de sistemas de comunicação em tempo real, armazenamento seguro de informações e gestão de atendimentos sensíveis. As referências tecnológicas eventualmente constantes deste Termo de Referência como menções a WebSocket ou Socket.IO possuem caráter meramente ilustrativo, visando exemplificar o padrão de performance esperado, não representando direcionamento de marca, fabricante, linguagem, framework, arquitetura ou solução proprietária específica.

1.2.7 - A solução deverá contemplar funcionalidades de gamificação, incluindo ranking de desempenho, indicadores de eficiência, estatísticas individuais e atualização dinâmica das informações, promovendo maior engajamento dos usuários. Além disso, deverá haver módulo de avaliação institucional e emissão automatizada de certificados digitais em formato PDF, contendo mecanismos de validação, autenticação segura por token temporário, código único de verificação e assinatura institucional.

1.2.8 - No que se refere ao painel administrativo web, a empresa que se candidatar deverá fornecer ambiente robusto de gestão multiusuário, com autenticação por perfis distintos — Administrador, Professor e Psicólogo — e controle granular de permissões. O sistema deverá incluir dashboards executivos com indicadores consolidados, gráficos temporais, filtros analíticos, identificação de alunos em situação de risco e ranqueamento de desempenho, demonstrando experiência em desenvolvimento de sistemas gerenciais e inteligência analítica.

1.2.9 - A empresa participante deverá ainda disponibilizar ferramentas completas de gestão de cursos, módulos, lições, vídeos, quizzes, questões, professores, alunos, psicólogos e grupos, contemplando operações de cadastro, edição, exclusão, ativação, desativação e reordenação de conteúdos. Também deverá implementar recursos de importação massiva de alunos, com validação prévia de arquivos, pré-visualização de dados e processamento em lote, evidenciando capacidade de tratamento de grandes volumes de informação.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

1.2.10 - No módulo de moderação do fórum, a futura contratada deverá fornecer funcionalidades de controle administrativo, identificação de conteúdo gerado por Inteligência Artificial, sugestões automatizadas de resposta para professores e remoção de conteúdos inadequados. Já no módulo de atendimento psicológico, deverá disponibilizar ferramentas de acompanhamento dos atendimentos, comunicação instantânea e visualização de indicadores de risco dos alunos. Adicionalmente, a solução deverá possuir módulos específicos para gestão de formulários de feedback, cálculo automatizado de indicadores de eficiência, geração de rankings globais, exportação de dados em formato CSV e emissão de relatórios gerenciais detalhados com filtros avançados por curso, grupo, desempenho e status dos alunos.

1.2.11 - A empresa que se candidatar deverá assegurar conformidade integral com a LGPD, incluindo disponibilização de Política de Privacidade institucional, mecanismos seguros de autenticação, proteção de dados sensíveis, rastreabilidade de acessos e armazenamento adequado das informações, garantindo segurança, confiabilidade e continuidade operacional da plataforma durante toda a execução contratual.

1.3 – Ratificamos que a contratação ocorrerá através de **Pregão Presencial**, com base no **menor preço global**, conforme art. 6º, inciso XLI, e art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021. O objeto caracteriza-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme detalhamento constante deste Termo de Referência.

1.3.1 Em casos de bens divisíveis, utilizaremos impreterivelmente a epígrafe da súmula nº 247 do TCU.

1.4 - O Custo Total estimado para aquisição deste Termo de Referência é de **3.914.965,20 (três milhões e novecentos e quatorze mil e novecentos e sessenta e cinco reais e vinte centavos)** pelo período de 12 (doze) meses.

1.5 – As estimativas desta contratação foram baseadas no memorial de cálculo formulado após minucioso estudo no Estudo Técnico Preliminar.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

1.6 - A formação continuada será estruturada em módulos independentes e sequenciais, totalizando a carga horária global prevista. A organização temporal, o detalhamento do cronograma de execução, a metodologia didático-pedagógica e a distribuição das atividades ao longo da vigência contratual ficarão a cargo da empresa contratada, respeitados os limites de carga horária estabelecidos para cada curso, em conformidade com a concepção técnico-pedagógica previamente definida pela Administração, a partir de estudo técnico realizado para identificação das necessidades formativas e da melhor estrutura modular para atendimento dos objetivos institucionais, conforme especificado no Anexo I.

1.7 – No Anexo II deste Termo de Referência estão estabelecidas as características mínimas exigidas das empresas concorrentes, no que se refere à plataforma mobile e ao painel Web Admin, respectivamente. O não atendimento a esses requisitos mínimos implicará na desclassificação da proposta da empresa.

1.8 – A empresa licitante deverá comprovar sua expertise na área por meio de documentação pertinente, bem como realizar a apresentação demonstrativa do aplicativo proposto.

## **2 - DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO:**

2.1 Após a conclusão do ETP, verificou-se que, embora haja previsão de cronograma para execução do Programa de Formação em Neurociência da Educação, não há garantia de sua integral execução conforme inicialmente planejado, tendo em vista a dependência de fatores como adesão dos profissionais, disponibilidade da rede e eventuais ajustes pedagógicos ao longo do período. Dessa forma, a demanda apresenta caráter estimado e variável, não sendo possível definir com precisão os quantitativos a serem efetivamente executados. Nesse contexto, a utilização do **Sistema de Registro de Preços (SRP)** mostra-se mais adequada, por permitir a contratação sob demanda, conforme a necessidade da Administração, garantindo maior flexibilidade, economicidade e eficiência na gestão dos recursos públicos.

2.2 A contratação será realizada por meio de **Pregão Presencial**, adotando-se como critério de julgamento o **menor preço global**, sagrando-se vencedor o



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

licitante que apresentar a proposta mais vantajosa, possibilitando a formalização de ata de registro de preços e a emissão de ordens de serviço conforme a efetiva necessidade da Administração Pública.

### 3 – REQUISITOS DA CONTATAÇÃO:

3.1 Deve-se seguir a descrição do(s) objeto(s) para esta contratação, não sendo aceito objetos que divergem da mesma.

3.2 Está é uma contratação de **serviço continuado** que irá respeitar os prazos de vigência estipulados pela Ata de Registro de Preços.

#### 3.3 Sustentabilidade

3.3.1 A sustentabilidade da contratação de programas de capacitação para profissionais da rede pública de ensino de Volta Redonda está intimamente ligada à continuidade e ao impacto de suas ações em longo prazo. Para que a capacitação não seja uma medida pontual, é essencial que o município invista em um modelo de formação contínua, com atualização periódica dos conteúdos e estratégias pedagógicas. Isso pode ser alcançado através da criação de parcerias com universidades, centros de pesquisa e organizações especializadas, garantindo que os educadores tenham acesso a novos conhecimentos à medida que as áreas da Neurociência e da educação inclusiva evoluem. Além disso, é importante que os recursos financeiros para a manutenção desses programas sejam planejados de forma estratégica, alocando verbas no orçamento municipal e buscando fontes externas, como editais de fomento à educação e à inclusão social.

3.3.2 Outro aspecto fundamental para a sustentabilidade dessa iniciativa é o desenvolvimento de uma cultura organizacional voltada para a educação inclusiva



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

dentro da rede pública. Isso envolve o engajamento de todos os níveis da administração municipal, desde a gestão escolar até as políticas públicas locais, de modo que a capacitação seja vista não apenas como uma ação isolada, mas como parte de uma estratégia de longo prazo para melhorar a qualidade da educação. A implementação de políticas que incentivem a permanência dos educadores na profissão e o reconhecimento da importância do trabalho com alunos neurodivergentes pode contribuir para um ambiente educacional mais motivado e comprometido. Assim, a sustentabilidade da capacitação depende não só de recursos financeiros, mas de um esforço coletivo para incorporar a educação inclusiva na rotina escolar e no desenvolvimento profissional contínuo dos docentes.

#### **4 – FORMA DE EXECUÇÃO DO OBJETO:**

4.1 Condições de realização: O serviço do objeto será mediante nota de empenho, após solicitação da requisitante no seguinte prazo máximo.

4.2 - O horário de realização do serviço será acordado posteriormente. A contratada deve estar disponível para ajustar o horário de acordo com as necessidades, obedecendo rigorosamente o às quantidades constantes da Nota de Empenho/ordem de fornecimento.

4.3 - O prazo total da contratação é de 12 (doze) meses, conforme apresentado no ETP e neste Termo de Referência.

4.4- O recebimento provisório se dará num prazo de 48 (quarenta e oito) horas;

4.5- O recebimento definitivo do objeto será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, depois de verificada a conformidade das quantidades e especificações com aquelas contratadas e consignadas neste Termo de Referência.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

#### 4.6 - REQUISITOS ADICIONAIS:

4.6.1 - Exigência de Certificação.

4.6.1.1 - Não há exigência de certificação.

### 5 – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

5.1 As despesas com a aquisição da presente demanda correrão a conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2026, assim classificado:

- 684827/2026 – 96.02.12.361.2603.8272.3.3.3.9.0.39.00.00.00.1500
- 684829/2026 – 96.02.12.365.2603.8274.3.3.3.9.0.39.00.00.00.1500
- 684831/2026 – 96.02.12.365.2603.8273.3.3.3.9.0.39.00.00.00.1500
- 684833/2026 – 96.02.12.367.2603.8275.3.3.3.9.0.39.00.00.00.1500

Ø **Obs: Esta dotação refere-se a recursos não vinculados de impostos.**

5.2 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento ou fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.

### 6 – FORMA DE PAGAMENTO



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

6.1 Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato.

6.2 O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento da entrega.

6.3 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

6.4 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

6.5 Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à contratada, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e o débito será atualizado de acordo com o IPCA pro rata die entre a data prevista para o vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento.

6.6 Por eventuais antecipações nos pagamentos das faturas, a Contratada poderá conceder à Contratante um desconto, a título de antecipação financeira, calculado de acordo com o IPCA pro rata die, conforme at.92, XII, da Lei 14.133/21 e suas alterações.

## **7 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

7.1 Entregar os materiais na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, descarga das mercadorias, sem ônus de frete e seguro para o município.

7.2 Comunicar ao Fiscal do Contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;

7.3 Nomear Preposto aceito pela Administração para representar a empresa junto à Contratante;

7.4 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações do Edital;

7.5 Indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE** ou terceiros;

7.6 A CONTRATADA é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do Contrato;

7.7 Entregar as notas fiscais e/ou documento equivalente, relativas aos materiais fornecidos, juntamente com o fornecimento dos bens/serviços na Secretaria/Autarquia requisitante.

## **8 - DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE**

8.1 Realizar os pagamentos devidos à CONTRATADA, nas condições estabelecidas neste Termo de Referência;





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

8.2 Fornecer à CONTRATADAS documentos, informações e demais elementos que possuir vinculação ao presente Termo;

8.3 Emitir as ordens de fornecimento/serviço, quando for o caso;

8.4 Exercer a fiscalização do contrato, registrando no processo o recebimento do material, suas quantidades, bem como horário de entrega e número da respectiva nota fiscal;

8.5 Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas neste Termo de Referência e/ou no edital e no contrato.

## **9 – FISCALIZAÇÃO**

9.1 - A execução da entrega será acompanhada e fiscalizada por representantes do CONTRATANTE, especialmente designado pelo Ordenador de Despesa da Secretaria Municipal de Educação, podendo ser substituídos, em caso de ausência ou impedimento, por outro servidor lotado no mesmo órgão ou equivalente.

9.2 - A gestão do contrato decorrente deste termo caberá à Unidade Gestora Local, que determinará o que for necessário para regularização de faltas ou defeitos, nos termos do art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, ficando o titular do referido Órgão como corresponsável.

9.3 - Ficam reservados ao gestor do contrato o direito e a autoridade para resolver todo e qualquer caso singular, omissos ou duvidosos não previstos no processo administrativo e tudo o mais que se relacione com o objeto contratado,



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

9.4 - A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que esta necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

9.5 - A instituição e a atuação da fiscalização não excluem ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

## 10 - SANÇÕES POR INADIMPLEMENTO

10.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá (ao) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) Advertência;
- b) Multa administrativa, que poderá chegar até 30% (trinta por cento) do valor do contrato;
- c) *Suspensão* temporária de participação em *licitação* e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 2 (*dois*) anos;
- d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

10.2 A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza e a gravidade da falta cometida.

10.2.1 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

10.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante.

## 11 - CRITÉRIOS DE JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DE PREÇOS

11.1 – Resultará como vencedora a licitante que apresentar o **menor preço global**. O valor deverá ser inferior aos valores constantes na Planilha estimativa de quantitativos e preços unitários e valores máximos admitidos e atender aos requisitos de habilitação e demais exigências do edital.

## 12 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL

12.1 A Empresa proponente deve ter aptidão para a prestação dos serviços em características compatíveis com o objeto desta licitação no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente.

12.2 A licitante deverá comprovar capacidade técnico-operacional mediante atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

ou privado, demonstrando execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto desta licitação.

12.3 A comprovação de aptidão deverá guardar proporcionalidade e pertinência com o objeto licitado, vedadas exigências excessivas ou restritivas à competitividade, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021 e da jurisprudência consolidada do Tribunal de Contas da União.

1. Implantação, operação ou suporte técnico de soluções tecnológicas compatíveis com o objeto licitado;
2. Execução de serviços de capacitação, treinamento, educação corporativa ou soluções educacionais compatíveis com o objeto;
3. Atendimento a serviços com requisitos de disponibilidade operacional e suporte técnico compatíveis com a execução contratual.

12.4 Fica dispensada a exigência de comprovação de quantitativo mínimo correspondente a percentual fixo do objeto licitado, devendo a Administração avaliar a compatibilidade técnica dos atestados apresentados de forma proporcional e razoável.

Volta Redonda - RJ, 10 de junho de 2026.

Elaborado por:

---

Leonardo da Silva Ferreira Medeiros

Matricula: 505.110



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

Autorizado por:

---

Oswaldir Geraldo Denadai

Secretário Municipal de Educação

Ordenador de Despesas

## **ANEXO I DO TERMO DE REFERÊNCIA - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO**

### **CURSO DE PROFESSORES**

- Módulo Introdutório – Palestra Inaugural

Carga horária estimada: 10 horas

Deve ser realizada a apresentação dos objetivos do programa, dos fundamentos conceituais da formação, das diretrizes pedagógicas e do alinhamento inicial dos participantes quanto às temáticas de educação inclusiva e neurodiversidade.

- Módulo 1 – Neurodesenvolvimento Infantil e Identificação Precoce de Neurodivergências.

Carga horária estimada: 40 horas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

Devem ser abordados os fundamentos do neurodesenvolvimento infantil, os principais marcos do desenvolvimento típico e atípico, bem como estratégias voltadas à identificação precoce de sinais de neurodivergências no contexto educacional.

- Módulo 2 – Neurociência e Estilos de Aprendizagem em Crianças Neurodivergentes

Carga horária estimada: 40 horas

Devem ser tratados os princípios da neurociência aplicados à aprendizagem, considerando diferentes estilos e perfis cognitivos de crianças neurodivergentes e suas implicações para a prática pedagógica.

- Módulo 3 – Planejamento de Aulas Inclusivas Baseado em Evidências Neurocientíficas

Carga horária estimada: 60 horas

Deve-se promover o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento de aulas inclusivas, com base em evidências neurocientíficas, contemplando adaptação curricular, estratégias metodológicas diversificadas e práticas de avaliação inclusiva.

- Módulo 4 – Comunicação e Lida com Crianças Neurodivergentes: Neurociência e Prática



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

Carga horária estimada: 40 horas

Devem ser abordadas estratégias de comunicação, manejo pedagógico e relacionamento educacional com crianças neurodivergentes, integrando fundamentos teóricos e práticas aplicáveis ao cotidiano escolar.

- Módulo 5 – Neuroplasticidade e Estimulação Cognitiva na Educação Infantil

Carga horária estimada: 80 horas

Deve-se explorar o conceito de neuroplasticidade e sua aplicação na estimulação cognitiva na educação infantil, com foco em práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

- Módulo 6 – Neurociência Aplicada ao Ensino de Crianças com TEA, TDAH e Dislexia

Carga horária estimada: 120 horas

Deve ser aprofundada a aplicação da neurociência no ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Dislexia, contemplando estratégias pedagógicas, adaptações metodológicas e práticas baseadas em evidências científicas.

- Módulo 7 – Educação Inclusiva e Neurodiversidade: Construindo Práticas Humanizadas



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

Carga horária estimada: 60 horas

Devem ser discutidos os fundamentos da educação inclusiva sob a perspectiva da neurodiversidade, com foco na construção de práticas pedagógicas humanizadas, éticas e socialmente responsáveis.

- Módulo 8 – Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais em Crianças

Carga horária estimada: 40 horas

Devem ser abordados conteúdos relacionados ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais na infância, incluindo estratégias pedagógicas voltadas à autonomia, autorregulação emocional, empatia e convivência social.

### **Curso de Mediadores**

A formação continuada destinada aos mediadores escolares deverá ser organizada em módulos temáticos autônomos e complementares, devendo a estrutura mínima esperada contemplar os seguintes módulos:

- Módulo Introdutório – Palestra Inaugural

Carga horária estimada: 10 horas

Deve ser realizada a apresentação dos fundamentos do programa, o alinhamento conceitual sobre inclusão escolar, a definição do papel do mediador no contexto da educação inclusiva e as diretrizes gerais de atuação no ambiente educacional.

- Módulo 1 – Formação em Neurociência Aplicada ao Ensino Inclusivo





ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

Carga horária estimada: 120 horas

Devem ser abordados os fundamentos básicos da neurociência aplicados à mediação escolar, a compreensão dos processos cognitivos, emocionais e comportamentais envolvidos na aprendizagem, bem como o papel do mediador no apoio ao desenvolvimento global do aluno neurodivergente.

- Módulo 2 – Técnicas de Intervenção e Apoio Cognitivo

Carga horária estimada: 120 horas

Devem ser abordadas estratégias práticas de intervenção pedagógica e apoio cognitivo voltadas a alunos neurodivergentes, incluindo métodos de adaptação de atividades, estímulo à autonomia, organização do ambiente escolar e suporte ao processo de aprendizagem.

- Módulo 3 – Facilitação da Adaptação Escolar e Relação com o Aluno

Carga horária estimada: 120 horas

Deve-se promover o desenvolvimento de competências voltadas à facilitação da adaptação do aluno neurodivergente ao contexto escolar, ao fortalecimento do vínculo mediador–aluno, às estratégias de comunicação funcional e à mediação de interações sociais no ambiente educacional.

- Módulo 4 – Suporte Psicoemocional ao Mediador Escolar

Carga horária estimada: 120 horas

Devem ser contemplados conteúdos voltados ao cuidado com a saúde emocional do mediador escolar, à prevenção do esgotamento profissional, ao fortalecimento da resiliência, ao manejo do estresse ocupacional e ao desenvolvimento de práticas de autocuidado no exercício da função.



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO II DO TERMO DE REFERÊNCIA – INVENTÁRIO DE FUNCIONALIDADES DA PLATAFORMA MOBILE E WEB ADMIN**

<b>PLATAFORMA MOBILE</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Funcionalidades Detalhadas</b>
Autenticação e Conta	<ul style="list-style-type: none"><li>• Login e recuperação de senha</li><li>• Edição de Perfil (Avatar, dados pessoais, senha)</li><li>• Exclusão de conta</li></ul>
Cursos e aprendizado	<ul style="list-style-type: none"><li>• Listagem e navegação de cursos</li><li>• Reprodução de vídeos das lições</li><li>• Rastreamento de progresso</li><li>• Execução e submissão de quizzes</li></ul>
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• Fórum: ver, criar e responder perguntas</li><li>• Chat 1:1 com psicólogo (com indicador de status online)</li></ul>
Gamificação	<ul style="list-style-type: none"><li>• Ranking de alunos</li></ul>

<b>WEB ADMIN (admin)</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Funcionalidades Detalhadas</b>
Autenticação e Conta	<ul style="list-style-type: none"><li>• Login com múltiplos papéis (Admin, Professor, Psicólogo)</li><li>• Ativação via convite</li></ul>
Dashboard & Métricas	<ul style="list-style-type: none"><li>• Dashboard executivo (Visão geral, séries temporais, cursos populares)</li><li>• Identificação de alunos em risco</li><li>• Relatórios de alunos com filtros avançados</li></ul>
Gestão de Cursos	<ul style="list-style-type: none"><li>• CRUD de cursos, módulos e lições</li><li>• Reordenação (drag &amp; drop)</li><li>• Upload de vídeos via URL pré-assinada (S3)</li></ul>
Gestão de Quizzes	<ul style="list-style-type: none"><li>• CRUD de quizzes e questões</li><li>• Reordenação</li></ul>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

	<ul style="list-style-type: none"><li>• Visualização de respostas dos alunos</li></ul>
Gestão de Usuários	<ul style="list-style-type: none"><li>• CRUD de professores, alunos e psicólogos</li><li>• Grupos de alunos (criação e atribuição)</li><li>• Ativação/desativação de contas</li></ul>
Importação em Lote	<ul style="list-style-type: none"><li>• Download de template</li><li>• Preview do arquivo antes de importar</li><li>• Importação em massa de alunos</li><li>• Cadastro avulso</li></ul>
Fórum & Chat	<ul style="list-style-type: none"><li>• Moderação de perguntas e respostas</li><li>• Categorização de threads</li><li>• Listagem de threads de chat</li><li>• Resumo de risco por aluno e mensagens em tempo real</li></ul>
Feedback / Avaliações	<ul style="list-style-type: none"><li>• Criação de formulários</li><li>• Gestão de questões de feedback</li><li>• Visualização das respostas</li></ul>
Outros	<ul style="list-style-type: none"><li>• Visualização e gestão do ranking de alunos</li><li>• Página de Política de Privacidade</li></ul>



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**Anexo II ao Edital**

**MODELO SUGERIDO DE PROPOSTA**

**PREGÃO PRESENCIAL Nº 90076/2026 - SME**

ITEM	QTD	UNID.	DESCRIÇÃO	MARCA	VLR UNIT	VLR TOTAL
VALOR TOTAL					R\$	

Declaramos expressamente que nos preços propostos estão inclusas todas as despesas, de qualquer natureza, incidentes sobre o objeto deste Pregão.

Declaramos que temos total conhecimento e concordância com os termos deste Pregão.

- Número do C.N.P.J. e Razão Social Completa.
- Validade da Proposta: 60 (sessenta) dias;
- Prazo de pagamento: 30 dias
- Número do tel/Fax:
- E-mail:
- Dados bancários: Agência, Conta Corrente, Banco.

-----  
Assinatura do Representante Legal da empresa



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO III ao Edital**

**Modelo de Declaração de Atendimento ao Disposto no Art. 7º, Inciso XXXIII, da CF/88**

**DECLARAÇÃO**

(nome da empresa), CNPJ, endereço da Sede, declara que não possui em seu quadro de funcionários nenhum menor de 18 (dezoito) anos desempenhando trabalho noturno, perigoso ou insalubre ou qualquer trabalho por menor de 16 (dezesesseis) anos, na forma do art. 7º, inciso XXXIII da Constituição Federal.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/2026.

\_\_\_\_\_  
RESPONSÁVEL PELA EMPRESA



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO IV**

**Declaração de que dispõe em seus quadros funcionais percentual mínimo de  
beneficiários da Previdência Social (Lei nº 8.213/91)**

**(Papel Timbrado da Empresa)**

**Ao**

**Município de Volta Redonda**

**Ref.: PREGÃO PRESENCIAL Nº 90076/2026- SME**

**DECLARAÇÃO**

DECLARO, sob penas da Lei, em atendimento ao Edital do PREGÃO PRESENCIAL Nº 0xx/20xx, promovido por este município e marcado para às xx:xx horas do dia xxx de xxxxxx de 20xx, que a firma \_\_\_\_\_, (Nome Completo) CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende às exigências impostas pela Lei 8.213/91, relacionadas com a existência em seus quadros de empregados beneficiários da Previdência Social reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência habilitada, conforme dados a seguir: nº total de empregados, \_\_\_\_\_; nº total de empregados reabilitados e/ou deficientes, \_\_\_\_\_,

.....  
(Local e Data )

.....  
(assinatura, nome completo, cargo, CPF, doc. de identidade)



ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS

**ANEXO V**

**Declaração Microempresa e Empresa de Pequeno Porte**

**DECLARAÇÃO**

....., (razão social do licitante) inscrita no CNPJ nº  
....., por intermédio de seu representante legal, o(a) Sr.(a)  
....., portador(a) da Carteira de Identidade nº.....e do  
CPF nº ....., **DECLARA**, para fins do disposto no Edital, sob as  
sanções administrativas cabíveis e sob as penas da lei, que esta empresa, na presente  
data, é considerada:

( ) **MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL**, conforme no artigo 18-A, §1º da Lei  
Complementar Federal nº 123, de 14/12/2006;

( ) **MICROEMPRESA**, conforme inciso I do artigo 3º da Lei Complementar nº123, de  
14/12/2006;

( ) **EMPRESA DE PEQUENO PORTE**, conforme inciso II do artigo 3º da Lei  
Complementar nº 123, de 14/12/2006.

Declara ainda que a empresa está excluída das vedações constantes do parágrafo 4º do  
artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

---

(Local e data)

---

(Representante legal)

Obs.: Assinalar com um "X" a condição da empresa.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

Este formulário deverá ser preenchido pelas empresas que pretenderem se beneficiar nesta licitação do regime diferenciado e favorecido previsto na Lei Complementar nº 123/2006.

**ANEXO VI**

**MODELO DE DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA**

**EDITAL PREGÃO PRESENCIAL nº 90076/2026- SME**

(IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DO REPRESENTANTE LEGAL DA LICITANTE), como representante devidamente constituído de (IDENTIFICAÇÃO COMPLETA DA LICITANTE OU DO CONSÓRCIO), doravante denominado LICITANDO, para fins do disposto no item (COMPLETAR) do Edital (COMPLETAR COM A IDENTIFICAÇÃO DO EDITAL), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do código Penal Brasileiro, que:

- a) A proposta anexa foi elaborada de maneira independente, e que o conteúdo da proposta anexa não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;
- b) A intenção de apresentar a proposta anexa não foi informada a, discutida com ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), por qualquer meio ou qualquer pessoa;
- c) Que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO), quanto a participar ou não da referida licitação;
- d) Que o conteúdo da proposta anexa não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato do (IDENTIFICAÇÃO DO PROCESSO LICITATÓRIO) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;
- e) Que o conteúdo da proposta anexa não foi no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado a, discutido com ou recebido de (ÓRGÃO LICITANTE) antes da abertura oficial das propostas e;
- f) Que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

\_\_\_\_\_, em \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2026.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**ANEXO VII**

**MINUTA**

**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS XXX/20xx**

**PREGÃO ELETRÔNICO N.º 90076/2026 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO -  
PROCESSO VR-12.051-00000777/2025**

No dia \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ do ano de **2026**, na sede do Município de Volta Redonda, CNPJ nº. 32.512.501/0001-43, com sede na Praça Sávio Gama, 53, Aterrado, Volta Redonda-RJ CEP 27.215-620, por meio do Fundo Municipal de Educação, através do **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**, ÓRGÃO GERENCIADOR do Registro de Preços, foram registrados nesta Ata as quantidades e os preços da empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**, CNPJ **XXXXXXXXXXXXXX**, localizada na **XX** Telefone: \_\_\_\_\_ E-mail: \_\_\_\_\_ resultantes do Pregão Presencial n.º 90076/2026, Item XX, cujo objeto é o **Registro de Preços 0XX/2026**, para **Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação, Destinado aos Profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino, com Foco no Atendimento e Inclusão de Alunos Neurodivergentes**, conforme Lei Federal n.º 14.133/2021, pelo Decreto Municipal nº 18.256 de 15 de Fevereiro de 2024, com aplicação subsidiária da Lei n.º 14.133, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, demais disposições legais aplicáveis e do disposto no presente edital, **Anexo I – Termo de Referência do Edital**. As especificações constantes do Processo n.º **VR-12.064-00001250/2026**, assim como todas as obrigações e condições descritas no Edital, no Projeto Básico, na minuta de contrato/ordem de fornecimento e na proposta de preços, integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição.

**CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

O objeto desta ata é o **REGISTRO DE PREÇOS** visando a **Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação, Destinado aos Profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino, com Foco no Atendimento e Inclusão de Alunos Neurodivergentes**, conforme especificação detalhada no Termo de Referência – anexo I, com estrita observância do Edital Pregão Eletrônico Nº **90076/2026** e seus anexos, constante do processo administrativo Nº **VR-12.064-**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**00001250/2026** e que fazem parte integrante e complementar deste instrumento, conforme Tabela Abaixo:

ITENS	QUANTIDADE CONTRATADA	UNID	ESPECIFICAÇÃO	MARCA	Valor Unitário	Valor Total

**CLÁUSULA SEGUNDA – DAS ADESÕES**

**2.1** Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública Municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

**2.1.1** apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

**2.1.2** demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

**2.1.3** consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.

**2.1.4** é vedado aos órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual e Distrital, à adesão a ata de Registro de preços municipal, conforme versa o art. 86, §8º e §3º, II da Lei Federal nº 14.133/2021.

**2.2** Os órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, que não participaram do SRP, e que pretenderem aderir à Ata do Registro de Preços, deverão manifestar seu interesse junto ao órgão gerenciador da Ata, para que este indique os possíveis fornecedores e respectivos preços a serem praticados, obedecida a ordem de classificação.

**2.3** O fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, poderá optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.

**2.3.1** As aquisições ou as contratações adicionais a que se refere o item anterior não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e para os órgãos participantes, limitadas ao dobro do quantitativo dos itens cujos preços serão registrados na totalidade.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**2.4** Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

**2.5** A faculdade de aderir à ata de registro de preços na condição de não participante poderá ser exercida seguindo os termos do §3º do Art. 86 da Lei 14.133/2021.

### **CLÁUSULA TERCEIRA – DA CLASSIFICAÇÃO DOS PREÇOS**

Será incluído, na respectiva ata, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais ao do licitante vencedor na sequência da classificação do certame.

**3.1.** A ordem de classificação dos licitantes registrados na ata deverá ser respeitada nas contratações.

**3.2.** Serão registrados na ata de registro de preços, nesta ordem:

**a)** os preços e quantitativos do licitante mais bem classificado durante a etapa competitiva;

**b) os preços e quantitativos dos licitantes que tiverem aceitado cotar seus bens ou serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado.**

**3.2.1.** A classificação obedecerá a ordem da última proposta apresentada durante a fase competitiva.

**3.3.** As empresas que aceitarem cotar seus bens e serviços em valor igual ao do licitante mais bem classificado, deverão ficar atentos ao chamamento que será feito no chat de mensagens do respectivo lote do sistema de licitações do COMPRASNET, tal chamamento ocorrerá após declarado a empresa vencedora, -transcorrido o prazo de recurso. A empresa terá 2 (dois) dias úteis para se manifestar sobre o interesse em cotar o mesmo preço da empresa vencedora e posteriormente os interessados deverão encaminhar documentos assumindo o Compromisso de Adesão à Ata, no prazo de 2 (dois) dias úteis. Tal documento será juntado à Ata de Registro de Preços passando a ser parte integrante da mesma.

### **CLÁUSULA QUARTA - DA VIGÊNCIA**

**4.2** A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

4.3 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado, por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, desde que:

I – Haja manifestação formal e justificada do órgão gerenciador demonstrando o interesse na prorrogação;

II – Fique comprovado, por meio de pesquisa de mercado, que os preços registrados permanecem vantajosos para a Administração Pública face às condições vigentes;

III – O fornecedor concorde expressamente com a prorrogação, mantendo as condições inicialmente pactuadas;

IV – Haja prévia manifestação jurídica e autorização da autoridade competente.

4.4 Na hipótese de renovação pelo saldo total da Ata, o eventual saldo remanescente da vigência anterior não será cumulativamente somado ao saldo renovado, iniciando-se nova vigência com o quantitativo expressamente renovado, evitando-se interpretações que possam resultar em duplicidade de quantitativos ou ampliação indevida dos limites originalmente licitados.

**CLÁUSULA QUINTA- DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

**5.1** Os pagamentos serão efetuados, obrigatoriamente, por meio de crédito em conta corrente, cujo número e agência deverão ser informados pelo adjudicatário até a assinatura do contrato, caso houver.

**5.1.1** Nome da Agencia Bancária: \_\_\_\_\_

Banco nº \_\_\_\_\_ Agência n.º \_\_\_\_\_ Conta Corrente: \_\_\_\_\_

Telefone: \_\_\_\_\_

E-mail: \_\_\_\_\_

**5.2** O prazo de pagamento será de até 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento da entrega.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**5.2.1** Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

**5.3** Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

**5.4** Ocorrendo atraso no pagamento, desde que este não decorra de ato ou fato atribuível à Contratada, poderá ser aplicada multa de 2% (dois por cento) sobre o valor da fatura e o débito será atualizado de acordo com o IPCA pro rata die entre a data prevista para o vencimento da fatura até a data do efetivo pagamento.

**5.5** Por eventuais antecipações nos pagamentos das faturas, a Contratada poderá conceder à Contratante um desconto, a título de antecipação financeira, calculado de acordo com o IPCA pro rata die, conforme art. 145, §1º, da Lei nº 14133/21 e suas alterações.

**CLÁUSULA SEXTA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES**

**6.1** Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

**6.1.1** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

**6.1.2** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**6.1.2.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**6.1.2.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**6.1.2.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**6.1.2.4** deixar de apresentar amostra;

**6.1.2.5** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**6.1.3** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

**6.1.3.1** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

**6.1.4** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

**6.1.5** fraudar a licitação;

**6.1.6** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

**6.1.6.1** agir em conluio ou em desconformidade com a lei;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**6.1.6.2** induzir deliberadamente a erro no julgamento;

**6.1.6.3** apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

**6.1.7** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

**6.1.8** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

**6.2** Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

**6.2.1** Advertência;

**6.2.2** Multa;

**6.2.3** Impedimento de contratar e licitar e

**6.2.4** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

**6.3** Na aplicação das sanções serão considerados:

**6.3.1** a natureza e a gravidade da infração cometida.

**6.3.2** as peculiaridades do caso concreto;

**6.3.3** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

**6.3.4** os danos que dela provierem para a Administração Pública

**6.3.5** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

**6.4** A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de (XX) dias úteis, a contar da comunicação oficial;

**6.4.1** Para as infrações previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

**6.4.2** Para as infrações previstas nos itens 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7 e 6.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado;

**6.5** As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**6.6** Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

**6.7** A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

**6.8** Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 6.1.4, 6.1.5, 6.1.6, 6.1.7 e 6.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 6.1.1, 6.1.2 e 6.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

**6.9** A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 6.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

**6.10** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**6.11** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**6.12** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**6.13** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados

## **CLÁUSULA SÉTIMA – DO CANCELAMENTO DA ATA**

**7.1** O registro do fornecedor será cancelado quando:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**I - descumprir as condições da ata de registro de preços;**

**II - não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;**

**III - Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou**

**IV - Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.**

**V - Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.**

#### **CLÁUSULA OITAVA – DOS ÓRGÃOS PARTICIPANTES**

**8.1** O órgão gerenciador será SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

**8.2** É vedada a participação do órgão ou entidade em mais de uma ata de registro de preços com o mesmo objeto no prazo de validade daquela de que já tiver participado, salvo a ocorrência de ata que tenha registrado o quantitativo inferior ao máximo previsto no edital.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS PREÇOS E DA RENEGOCIAÇÃO**

**9.1** Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

**9.1.1** Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

**9.1.2** Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado, seguindo o §3º do art. 28 do Decreto nº 11.462/2023.

**9.1.3** Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**9.1.4** Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

**9.2** Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

**9.2.1** Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

**9.2.2** Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

**9.3** Quando o preço inicialmente registrado, por motivo superveniente, tornar-se superior ao praticado no mercado, o órgão gerenciador deverá:

**I** – Convocar o fornecedor visando a negociação para redução de preços e sua adequação ao praticado pelo mercado;

**II** – Frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

**III** – Convocar os demais fornecedores, visando igual oportunidade de negociação.

**9.4** Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor, mediante requerimento devidamente comprovado, não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

**I** – Liberar o fornecedor do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade, confirmando a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados e se a comunicação ocorrer antes do pedido de fornecimento; e

**II** - Convocar os demais fornecedores visando igual oportunidade de negociação.

**9.5** Não havendo êxito nas negociações, a Central Geral de Compras procederá à revogação do item da Ata de Registro de Preços e adotará as medidas para obter contratação mais vantajosa.

**9.6** Os valores revisados serão publicados no Informativo Oficial do Município de Volta Redonda.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**CLÁUSULA DÉCIMA – DO FORO**

**10.1** Fica eleito o Foro da Comarca de Volta Redonda/RJ, para dirimir eventuais pendências oriundas da presente licitação, esgotadas as vias administrativas.

**CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

**11.1** As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL OU AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA.

**11.2** O vencimento da validade da Ata de Registro de Preços não cessa a obrigação da CONTRATADA de cumprir os termos contratuais assinados até a data de vencimento da mesma;

**11.3** O **DETENTOR DA ATA** deverá manter, enquanto vigorar o registro de preços e em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026**.

**11.4** Esta Ata de Registro de Preços é parte integrante do Edital de **PREGÃO ELETRÔNICO SISTEMA REGISTRO DE PREÇOS Nº 059/2026**.

**11.5** E, por estarem assim justos e acordados, assinam as partes o presente instrumento, em três vias de igual teor e forma na presença das testemunhas que abaixo, também, subscrevem.

MUNICÍPIO

FORNECEDOR

ORGÃOS PARTICIPANTES

TESTEMUNHA 1

TESTEMUNHA 2



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**ANEXO VIII**

**MINUTA DO CONTRATO**

**MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA/RJ**

(Processo Administrativo nº.....)

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº XXXX/2023,  
QUE FAZEM ENTRE SI O **MUNICÍPIO** de **VOLTA  
REDONDA/RJ**, POR INTERMÉDIO DA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E A  
EMPRESA XXXXXXXX

**MUNICÍPIO DE VOLTA REDONDA**, inscrito no CNPJ nº 32.512.501/0001-43, com sede na praça Sávio Gama, nº 53, Bairro Aterrado, Volta Redonda-RJ, através do SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, neste ato representado pela Secretária Municipal, Sra. \_\_\_\_\_, brasileira, estado civil, profissão, portadora da Cédula de Identidade nº XXXXXXXXXX expedida pelo XXXXXXXX, e inscrito no CPF/MF sob o nº XXXXXXXXXXXXXXXX, residente nesta cidade, Ordenador de Despesa por delegação de competência, doravante denominado CONTRATANTE, a empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, com sede na \_\_\_\_\_, representada neste ato pelo (a) Sr. (a) \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade \_\_\_\_\_, expedida pelo \_\_\_\_\_, e CPF/MF nº \_\_\_\_\_ conforme atos constitutivos da empresa **OU** *procuração apresentada nos autos*, doravante designado CONTRATADO, tendo em vista o que consta no Processo nº ..... e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do *Pregão Presencial n. .../...*, mediante as cláusulas e condições a seguir enunciadas.

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA – OBJETO (art. 92, I e II)**

1.1. O objeto do presente instrumento é a contratação de **Contratação de Pessoa Jurídica Especializada para Implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação, Destinado aos Profissionais da Rede Pública Municipal de Ensino, com Foco no Atendimento e Inclusão de Alunos Neurodivergentes**, nas condições estabelecidas no Termo de Referência.

1.2. Objeto da contratação:

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	UNIDADE DE	QUANTIDADE	VALOR	VALOR TOTAL
------	---------------	---------------	------------	-------	-------------



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

		MEDIDA		UNITÁRIO	
1					

1.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

1.3.1. O Termo de Referência;

1.3.2. O Edital da Licitação;

1.3.3. A Proposta do contratado;

1.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

**2. CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO**

2.1. *O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura entre as partes, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

2.1.1. *A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o contratado.*

**3. CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO CONTRATUAIS (art. 92, IV, VII e XVIII)**

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, entrega, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**4. CLÁUSULA QUARTA – SUBCONTRATAÇÃO**

4.1. *Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.*

**5. CLÁUSULA QUINTA - PREÇO**

5.1. *O valor total da contratação é de R\$ \_\_\_\_\_.*

5.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação..



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**6. CLÁUSULA SEXTA - PAGAMENTO (art. 92, V e VI)**

6.1. O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

**7. CLÁUSULA SÉTIMA - REAJUSTE (art. 92, V)**

7.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_/\_\_/\_\_ (DD/MM/AAAA).

7.1.1. Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação da contratada, os preços contratados poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, aplicando-se o IPCA exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

7.2. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

7.3. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

7.4. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

7.5. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

7.6. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

7.7. O reajuste será realizado por termo aditivo.

**8. CLÁUSULA OITAVA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE (art. 92, X, XI e XIV)**

8.1. São obrigações do Contratante:

8.2. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

8.3. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

8.4. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;

8.5. Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

8.6. Comunicar a empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, conforme o art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021;

8.7. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato;

8.8. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;

8.9. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

8.10. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

8.10.1. A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

8.11. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de XXXXXX.

8.12. *Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.*

8.13. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

**9. CLÁUSULA NONA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO (art. 92, XIV, XVI e XVII)**

9.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

9.2. *Entregar o objeto na quantidade, qualidade, local e prazos especificados, estando incluído no valor do pagamento todas e quaisquer despesas, tais como tributos, descarga das mercadorias, sem ônus de frete e seguro para o município,.*

9.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

9.4. Comunicar ao contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

9.5. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

9.6. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.7. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

9.8. O contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

9.9. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;

9.10. Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

9.11. Paralisar, por determinação do contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

9.12. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

9.13. Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.14. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);

9.15. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

9.16. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.

9.17. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

9.18. *Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;*

9.19. *Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;*

9.20. *Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.*

9.21. *Submeter previamente, por escrito, ao contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.*

9.22. *Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.*





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**10. CLÁUSULA DÉCIMA– GARANTIA DE EXECUÇÃO (art. 92, XII e XIII)**

10.1. *Não haverá exigência de garantia contratual da execução.*

10.2. *A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada pelo (NOME) - Matrícula: (NÚMERO) - CPF: (NÚMERO) e (NOME) - Matrícula: (NÚMERO) - CPF: (NÚMERO) , designados pelo ORDENADOR DE DESPESAS, conforme ato de nomeação da Portaria - XXX/20XX – SMX de XX de MÊS de 20XX.*

**11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS (art. 92, XIV)**

11.1. Comete infração administrativa, nos termos da lei, o licitante que, com dolo ou culpa:

11.1.1. deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo/a pregoeiro/a durante o certame;

11.1.2. Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

11.1.2.1. não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

11.1.2.2. recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

11.1.2.3. pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

11.1.2.4. deixar de apresentar amostra;

11.1.2.5. apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

11.1.3. não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

11.1.3.1. recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração;

11.1.4. apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação;

11.1.5. fraudar a licitação;

11.1.6. comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza, em especial quando:

11.1.6.1. agir em conluio ou em desconformidade com a lei;

11.1.6.2. induzir deliberadamente a erro no julgamento;



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

11.1.6.3. apresentar amostra falsificada ou deteriorada;

11.1.7. praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação

11.1.8. praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei n.º 12.846, de 2013.

11.2. Com fulcro na Lei nº 14.133, de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:

11.2.1. Advertência;

11.2.2. Multa;

11.2.3. Impedimento de contratar e licitar; e

11.2.4. declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

11.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

11.3.1. a natureza e a gravidade da infração cometida.

11.3.2. as peculiaridades do caso concreto

11.3.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes

11.3.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública

11.3.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle

11.4. A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de (XX) dias úteis, a contar da comunicação oficial

11.4.1. Para as infrações previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3, a multa será de 0,5% a 15% do valor do contrato licitado.

11.4.2. Para as infrações previstas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, a multa será de 15% a 30% do valor do contrato licitado

11.5. As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.

11.6. Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação

11.7. A sanção de impedimento de licitar e contratar será aplicada ao responsável em decorrência das infrações administrativas relacionadas nos itens 15.1.1, 15.1.2 15.1.3, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo a qual pertencer o órgão ou entidade, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

11.8. Poderá ser aplicada ao responsável a sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, em decorrência da prática das infrações dispostas nos itens 15.1.4, 15.1.5, 15.1.6, 15.1.7 e 15.1.8, bem como pelas infrações administrativas previstas nos itens 15.1.1, 15.1.2 e 15.1.3 que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção de impedimento de licitar e contratar, cuja duração observará o prazo previsto no art. 156, §5º, da Lei n.º 14.133/2021.

11.9. A recusa injustificada do adjudicatário em assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, descrita no item 15.1.3, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45, §4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.

11.10. Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

11.11. Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

11.12. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

11.13. A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

11.14. No que couber, aplica-se o disposto no art. 69 do Decreto Municipal nº 18.254/2024.

**12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA– DA EXTINÇÃO CONTRATUAL (art. 92, XIX)**

12.1. O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

12.1.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

12.1.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

12.1.3. Indenizações e multas.

12.2. A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, *caput*, da Lei n.º 14.133, de 2021).

**13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA (art. 92, VIII)**

13.1. *O município efetuou a reserva orçamentária à conta da dotação (XXXXXX), no elemento de despesa, conforme a Solicitação de Compras Nº (XXXXX), para pagamento pela execução do contrato, a quantia de R\$ XX.XXX,XX, entretanto a sua liquidação far-se-*



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

*á através de medições, a qual deverá ser encaminhada pela(o) (Órgão Ordenador de Despesas) à Secretaria Municipal de Fazenda, dentro do prazo de 10 (dez) dias, contados da data do recebimento do pedido da CONTRATADA, para que o pagamento ocorra no prazo de 30 (trinta) dias a contar QUANTITATIVOS E PREÇOS UNITÁRIOS, observando-se, ainda rigorosamente o estipulado nas cláusulas deste contrato.*

**14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOS CASOS OMISSOS (art. 92, III)**

14.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

**15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – ALTERAÇÕES**

15.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

15.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

15.3. Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

**16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO**

16.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

**17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA– FORO (art. 92, §1º)**

17.1. Fica eleito o foro da Comarca de Volta Redonda/RJ para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA**

18.1 DA DIVULGAÇÃO DE DADOS PESSOAIS SEGUNDO A LGPD Em observância aos preceitos da Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD - Lei 13.709/2018, os signatários autorizam a divulgação de seus dados pessoais constantes neste instrumento para fins de publicidade e transparência. E, por estarem assim justos e pactuados firmam



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

este Instrumento, que será assinado pelas partes e pelas testemunhas abaixo, para que surta seus efeitos jurídicos e legais, em juízo e fora dele, sendo extraídas as respectivas cópias, que terão o mesmo valor do original. Este Instrumento produzirá efeitos a partir da assinatura de todas as partes, que deve ocorrer dentro da vigência do Termo de Compromisso objeto deste Termo Aditivo.

*Volta Redonda, XX de XXXXX de 20XX.*

---

Representante legal do CONTRATANTE

---

Representante legal do CONTRATADO

**TESTEMUNHAS:**



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO  
PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO  
CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**ANEXO IX**

**ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR**

**1. Descrição da contratação como um todo:**

**1.1.** Observada a necessidade de **contratação de pessoa jurídica especializada para implementação de Programa de Formação em Neurociências da Educação, destinado aos profissionais da rede pública municipal de ensino, com foco no atendimento e inclusão de alunos neurodivergentes**, com o objetivo de atender às demandas da Secretaria Municipal de Educação de Volta Redonda, deu-se início a este Estudo Técnico Preliminar, que visa analisar a viabilidade, identificar riscos, estabelecer a estratégia de contratação e subsidiar a elaboração do Termo de Referência, em conformidade com o disposto na Lei nº 14.133/2021.

**1.2.** Trata-se de contratação de pessoa jurídica com experiência comprovada na área para implementação de Programa de Formação em Neurociências da Educação, para profissionais da rede pública municipal de ensino, em relação aos alunos neurodivergentes, desde a Pré-Escola ao 2º Segmento do Ensino Fundamental” considerando a crescente demanda por conhecimento científico na área e sua aplicação na educação.

**1.3.** Torna-se necessário que o Município de Volta Redonda promova a capacitação dos profissionais da rede pública municipal de ensino, com o objetivo de aprimorar a aprendizagem e fortalecer a inclusão educacional dos alunos neurodivergentes.

**1.4.** A Neurociência constitui uma área do conhecimento de natureza multidisciplinar, dedicada ao estudo do funcionamento do sistema nervoso e suas interfaces, apresentando implicações diretas na compreensão do comportamento humano, dos processos de aprendizagem, das emoções, bem como das doenças de ordem neurológica e psiquiátrica.

**1.5.** A crescente integração entre a Neurociência e áreas como a Educação, o Direito (Neurodireito) e o desenvolvimento da Neurotecnologia evidencia a necessidade de formação especializada, capaz de responder às demandas éticas, científicas e sociais decorrentes desses avanços.

**1.6.** A formação contribuirá para: (I) o aprimoramento técnico-científico dos profissionais envolvidos; (II) o fomento à pesquisa aplicada, voltada à solução de demandas sociais concretas; e (III) a qualificação das práticas pedagógicas, clínicas e tecnológicas, ampliando sua eficácia e alcance.

**1.7.** Diante da necessidade acima se iniciou o presente ETP por meio do qual será possível decidir qual é a melhor solução.

**1.8.** Os serviços são de natureza comum, tendo em vista que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

especificações usuais de mercado, nos termos do art. 6º, inciso XII, da Lei Federal nº 14.133/2021:

“XIII - bens e serviços comuns: aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado;”

**1.9.** A presente contratação refere-se à implementação do Programa de Formação em Neurociências da Educação, destinado aos profissionais da rede pública municipal de ensino, com foco no atendimento aos alunos neurodivergentes, desde a Pré-Escola até o 2º Segmento do Ensino Fundamental, considerando a crescente demanda por conhecimento científico na área e sua aplicação efetiva no contexto educacional.

**1.10.** As aulas serão ministradas por meio de plataforma própria da Contratada, em formato síncrono, com o objetivo de assegurar o desenvolvimento de conteúdos, técnicas, ferramentas e habilidades alinhadas às necessidades da Secretaria Municipal de Educação na modalidade híbrida. O método de ensino a ser empregado priorizará a construção do conhecimento, conduzindo o processo de aprendizagem de maneira gradual, progressiva e intuitiva.

**1.11.** A contratação do programa está em conformidade com o Plano Plurianual (PPA) 2026-2029, Lei Municipal nº 5.900/2021, especificamente na Ação 6051 Capacitação e Aperfeiçoamento Profissional - Formação Continuada. Essa medida visa ampliar a oferta de recursos digitais para a formação de professores e aprimorar o uso de tecnologia educacional na Rede Municipal de Ensino.

**1.12.** Visando uma gestão eficiente dos recursos públicos e, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, será realizado a contratação da licença pelo período de 12 (doze) meses.

**2. Demonstração da previsão da contratação no Plano Anual de Contratações (PAC):**

**2.1.** A presente contratação de pessoa jurídica especializada para a implementação do Programa de Formação em Neurociências da Educação, destinado aos profissionais da rede pública municipal de ensino e voltado ao atendimento e à inclusão de alunos neurodivergentes, não se encontra prevista no Plano Anual de Contratações (PAC). Contudo, enquadra-se no âmbito da política de capacitação continuada dos profissionais da educação, em conformidade com as necessidades formativas da Secretaria Municipal de Educação.

**2.2** O serviço a ser contratado foi definido com base nas necessidades específicas da Secretaria Municipal de Educação, atendendo a requisitos de qualidade que asseguram a manutenção dos serviços internos de forma transparente e a garantia da segurança da repartição.

**2.3** A contratação aqui pretendida está alinhada ao objetivo estratégico de operacionalização adequada à Lei Orçamentária Anual, Manutenção e Operacionalização da Secretaria Municipal de Educação e também compatível com o Plano Plurianual 2026-2029 e com Lei de Diretrizes Orçamentárias.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**2.4** Essa estratégia se alinha aos princípios de economicidade, eficiência e transparência, não apenas atender à necessidade imediata, mas também garantir a seleção da melhor proposta para seu fornecimento, com a utilização de recursos públicos de forma responsável e transparente.

**2.5** A contratação possui características básicas acrescidas de requisitos de qualidades suficientes para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

**2.6** Contudo, visando uma gestão eficiente dos recursos públicos e em conformidade com a Lei **14.133/21**, será realizado um processo licitatório, por meio de procedimento auxiliar Sistema de Registro de Preços, pelo prazo de **12 (doze) meses, prorrogável por igual período**, de acordo com o artigo 78, inciso IV e artigo 84 da lei nº 14.133/2021.

**2.7** A utilização de Sistema de Registro de Preços - SRP é justificada, por se tratar de uma estimativa de demanda, a qual ocorre ao longo do Exercício Financeiro em atendimento a Secretaria Municipal de Educação. A adoção do SRP para a presente contratação enquadra-se no art. 27 do Decreto Municipal n.º 18.256/2024 que disciplina o Sistema de Registro de Preços – SRP.

**2.8** As especificações mínimas dos materiais estão contidas neste Estudo.

### **3. Descrição dos Requisitos da Contratação:**

**3.1.** A contratação para implementação do Programa de Formação em Neurociências da Educação deverá obedecer, no que couber, ao disposto na Lei nº 14.133/2021.

**3.2.** O início das atividades formativas deverá ocorrer no prazo máximo de 15 (quinze) dias após a assinatura do contrato e emissão da ordem de serviço.

**3.3.** O Programa deverá atender rigorosamente às especificações estabelecidas neste ETP e em eventual Termo de Referência, sendo que a inobservância dessas condições poderá implicar na rescisão contratual e aplicação de penalidades.

**3.4.** Implementação de Programa de Formação em Neurociência da Educação para profissionais da rede pública municipal de ensino, em relação aos alunos neurodivergentes, desde a Pré-Escola ao 2º Segmento do Ensino Fundamental.

**3.4.1.** A equipe técnica responsável pela execução pedagógica do programa deverá possuir profissionais com formação compatível com as áreas de educação, neurodesenvolvimento, psicologia, educação inclusiva ou áreas correlatas, admitindo-se comprovação mediante experiência profissional, especialização, capacitação técnica ou formação acadêmica pertinente ao objeto.

**3.4.2.** A empresa deverá comprovar experiência anterior compatível com o objeto da contratação, mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado.





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**3.5.** A solução deverá atender os parâmetros abaixo. Será exigido o atendimento de 90% dos itens para a prova de conceito:

**3.5.1** A solução deverá ser composta, obrigatoriamente, por 02 (dois) componentes integrados e interoperáveis, os quais deverão operar de forma complementar, garantindo comunicação contínua, sincronização de dados e pleno funcionamento das funcionalidades previstas, sem a necessidade de integrações externas adicionais. Os componentes exigidos são:

**I. Painel Administrativo Web:** plataforma acessível por meio de navegador de internet, destinada às atividades de gestão, administração, configuração, parametrização, moderação de conteúdo, acompanhamento de usuários, emissão de relatórios gerenciais e análise de dados, devendo possuir interface responsiva, segura e compatível com os principais navegadores utilizados no mercado;

**II. Aplicativo Móvel (Mobile):** aplicação destinada ao uso pelos alunos, devendo ser compatível com os sistemas operacionais iOS e Android, garantindo adequada usabilidade, desempenho e acessibilidade. O aplicativo deverá ser disponibilizado, obrigatoriamente, nas lojas oficiais Apple App Store e Google Play Store, observando integralmente as políticas, diretrizes técnicas, requisitos de segurança e critérios de publicação vigentes em cada plataforma.

**3.6.** A integração entre os componentes deverá assegurar interoperabilidade plena, compartilhamento automático de informações em tempo real, padronização operacional e continuidade dos serviços ofertados, garantindo eficiência, confiabilidade e segurança no ambiente da solução.

**3.7.** A CONTRATADA será responsável pela publicação, manutenção, atualização e regularização das contas de desenvolvedor junto às respectivas lojas durante toda a vigência contratual.

**3.8.** A empresa deverá possuir capacidade técnica e operacional para fornecer solução tecnológica integrada composta por aplicativo mobile e painel administrativo web, destinados à gestão de cursos, acompanhamento pedagógico, comunicação colaborativa, emissão de certificados digitais e funcionalidades correlatas. As funcionalidades previstas deverão observar padrões usuais de mercado e poderão ser implementadas mediante utilização de quaisquer tecnologias equivalentes que atendam adequadamente aos requisitos funcionais definidos neste Termo de Referência, vedada a exigência implícita de tecnologia proprietária específica.

**3.9.** No âmbito do aplicativo mobile, a empresa interessada deverá demonstrar capacidade para entregar solução compatível com autenticação segura de usuários, recuperação de senha, gerenciamento de perfil e proteção de dados pessoais em conformidade com a Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD. Os requisitos tecnológicos previstos neste Termo possuem caráter exemplificativo e referencial, admitindo-se a utilização de tecnologias equivalentes que assegurem desempenho, segurança, interoperabilidade e funcionamento adequado da solução.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**3.10.** A solução deverá permitir um ambiente colaborativo para interação entre usuários, compartilhamento de informações, gerenciamento de conteúdo e mecanismos automatizados de apoio às atividades educacionais. Para tanto, a empresa candidata deverá possuir capacidade técnica para desenvolver este ambiente em formato de fórum, permitindo a publicação de perguntas e respostas, marcação de soluções e integração com Inteligência Artificial para geração automática de respostas identificadas com selo próprio, além de mecanismos de avaliação da utilidade das respostas fornecidas pela IA. Tal exigência demonstra a necessidade de experiência em integração de serviços inteligentes e gerenciamento de comunidades digitais. Adicionalmente, deverá ser disponibilizado módulo de atendimento psicológico em tempo real, com exibição de disponibilidade de profissionais, abertura de atendimentos, troca instantânea de mensagens via tecnologias de comunicação síncrona e armazenamento de histórico das conversas. Assim, a empresa participante deverá comprovar capacidade de implementação de sistemas de comunicação em tempo real, armazenamento seguro de informações e gestão de atendimentos sensíveis. As referências tecnológicas eventualmente constantes deste Termo de Referência como menções a WebSocket ou Socket.IO possuem caráter meramente ilustrativo, visando exemplificar o padrão de performance esperado, não representando direcionamento de marca, fabricante, linguagem, framework, arquitetura ou solução proprietária específica.

**3.11.** A solução deverá contemplar funcionalidades de gamificação, incluindo ranking de desempenho, indicadores de eficiência, estatísticas individuais e atualização dinâmica das informações, promovendo maior engajamento dos usuários. Além disso, deverá haver módulo de avaliação institucional e emissão automatizada de certificados digitais em formato PDF, contendo mecanismos de validação, autenticação segura por token temporário, código único de verificação e assinatura institucional.

**3.12.** No que se refere ao painel administrativo web, a empresa que se candidatar deverá fornecer ambiente robusto de gestão multiusuário, com autenticação por perfis distintos — Administrador, Professor e Psicólogo — e controle granular de permissões. O sistema deverá incluir dashboards executivos com indicadores consolidados, gráficos temporais, filtros analíticos, identificação de alunos em situação de risco e ranqueamento de desempenho, demonstrando experiência em desenvolvimento de sistemas gerenciais e inteligência analítica.

**3.13.** A empresa participante deverá ainda disponibilizar ferramentas completas de gestão de cursos, módulos, lições, vídeos, quizzes, questões, professores, alunos, psicólogos e grupos, contemplando operações de cadastro, edição, exclusão, ativação, desativação e reordenação de conteúdos. Também deverá implementar recursos de importação massiva de alunos, com validação prévia de arquivos, pré-visualização de dados e processamento em lote, evidenciando capacidade de tratamento de grandes volumes de informação.

**3.14.** No módulo de moderação do fórum, a futura contratada deverá fornecer funcionalidades de controle administrativo, identificação de conteúdo gerado por Inteligência Artificial, sugestões automatizadas de resposta para professores e remoção de conteúdos inadequados. Já no módulo de atendimento psicológico, deverá disponibilizar ferramentas de acompanhamento dos atendimentos, comunicação instantânea e



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

visualização de indicadores de risco dos alunos. Adicionalmente, a solução deverá possuir módulos específicos para gestão de formulários de feedback, cálculo automatizado de indicadores de eficiência, geração de rankings globais, exportação de dados em formato CSV e emissão de relatórios gerenciais detalhados com filtros avançados por curso, grupo, desempenho e status dos alunos.

**3.15.** A empresa que se candidatar deverá assegurar conformidade integral com a LGPD, incluindo disponibilização de Política de Privacidade institucional, mecanismos seguros de autenticação, proteção de dados sensíveis, rastreabilidade de acessos e armazenamento adequado das informações, garantindo segurança, confiabilidade e continuidade operacional da plataforma durante toda a execução contratual.

**3.16.** Ratificamos que a contratação ocorrerá através de **Pregão Presencial**, com base no **Menor Preço Global**, conforme art. 6º, inciso XLI, e art. 29 da Lei Federal nº 14.133/2021. O objeto caracteriza-se como serviço comum, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme detalhamento constante deste Termo de Referência.

**3.17.** A formação continuada será estruturada em módulos independentes e sequenciais, totalizando a carga horária global prevista. A organização temporal, o detalhamento do cronograma de execução, a metodologia didático-pedagógica e a distribuição das atividades ao longo da vigência contratual ficarão a cargo da empresa contratada, respeitados os limites de carga horária estabelecidos para cada curso, em conformidade com a concepção técnico-pedagógica previamente definida pela Administração, a partir de estudo técnico realizado para identificação das necessidades formativas e da melhor estrutura modular para atendimento dos objetivos institucionais, conforme especificado no Anexo I.

**3.18.** No **anexo I** deste ETP estão estabelecidas as características mínimas exigidas das empresas concorrentes, no que se refere à plataforma mobile e ao painel Web Admin, respectivamente. O não atendimento a esses requisitos mínimos implicará na desclassificação da proposta da empresa.

**3.19.** A empresa licitante deverá comprovar sua expertise na área por meio de documentação pertinente, bem como realizar a apresentação demonstrativa do aplicativo proposto.

**3.20.** Em nenhuma hipótese será aceito programa diverso daquele especificado, ou que não atenda aos requisitos mínimos de qualidade, conteúdo, carga horária, metodologia e funcionalidades estabelecidos neste estudo.

#### **4. Estimativa das quantidades:**

**4.1.** As quantidades estimadas para a contratação foram definidas com base no levantamento do quantitativo de profissionais do magistério vinculados à Secretaria Municipal de Educação (SME) e à Fundação Educacional de Volta Redonda – FEVRE, considerando tanto os servidores efetivos oriundos de concurso público quanto os profissionais contratados por processo seletivo.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**4.2** No âmbito da SME, foram considerados os cargos de Docente I, Docente II, Auxiliar de Educação Infantil, Cuidador, Orientador Educacional e Supervisor Educacional, totalizando 3.402 profissionais. Já na FEVRE, foram contemplados os cargos de Professor II, Professor III, Professor III – EF, Orientador Educacional e Supervisor Educacional, alcançando o quantitativo de 227 profissionais.

**4.3** Dessa forma, a soma total dos profissionais do magistério das duas instituições corresponde a **3.629** servidores potencialmente participantes da formação.

**4.4.** Memória de cálculo para estimativa das quantidades:

SME - Quantitativo de profissionais do magistério efetivos			
Cargo	Concurso Público	Processo Seletivo	Total por Cargo
Docente I	597	95	692
Docente II	1393	149	1542
Auxiliar de Educação Infantil			486
Cuidador			438
Orientador Educacional	83	10	93
Supervisor Educacional	117	34	151
Total			3402

FEVRE - Quantitativo de profissionais do magistério efetivos			
Cargo	Concurso Público	Processo Seletivo	Total por Cargo
Professor II	1	0	1
Professor III	149	13	162
Professor III - EF	22	0	22
Orientador Educacional	17	4	21
Supervisor Educacional	18	3	21
Total			227

Totalização	
	Quantidade
<b>Profissionais Magistério</b>	<b>3629</b>

**4.5.** Tabela de estimativa das quantidades e valores:

Item	Especificação	Unid.	Quant.	Valor	Valor Mensal	Valor anual
------	---------------	-------	--------	-------	--------------	-------------



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

				Unit.		
01	Implementação de “Programa de Formação em Neurociências da Educação, para profissionais da rede pública municipal de ensino, em relação aos alunos Neurodivergentes, desde a Pré-Escola ao 2º Segmento do Ensino Fundamental”, contemplando 490 horas para o Curso de Professores e 490 horas para o Curso de Mediadores, na forma apresentada no item 8.3 .	Unid.	3629	R\$ 79,90	R\$ 289.957,10	R\$ 3.479.485,20
<b>Valor total para 12 meses</b>						<b>R\$ 3.479.485,20</b>

**5. Levantamento de Mercado:**

**5.1.** Conforme preceitua a IN 65/2021, seu art. 5º dispõe sobre procedimentos administrativos básicos para a realização de pesquisa de preços para a aquisição de bens e contratação de serviços em geral.

**5.2.** A equipe responsável pela execução do programa deverá ser composta por profissionais de referência nacional, incluindo fisioterapeutas especializados em desenvolvimento motor e postural, professores com titulação de mestre e doutor e experiência em Neurociência da Educação e inclusão escolar, bem como psicólogos com atuação especializada em aprendizagem e comportamento.

**5.4.** Além dos docentes responsáveis pela ministração dos cursos, a equipe deverá contar com um coordenador pedagógico geral e um professor orientador, incumbidos de conduzir os fóruns de discussão, monitorar o desempenho dos participantes e fornecer suporte individualizado para esclarecimento de dúvidas técnicas e pedagógicas ao longo da execução dos módulos.

**6. Estimativa do valor da contratação:**

**6.1.** Para estimativa do valor preliminar da contratação, utilizou-se como referência os valores praticados pelo mercado especializado, observados em propostas técnicas apresentadas, com expertise reconhecida na área de Neurociências da Educação, em consonância com o inciso II do art. 5º da IN nº 65/2021.

**6.2.** O valor estimado da contratação corresponde a R\$ 289.957,10 (duzentos e oitenta e nove mil, novecentos e cinquenta e sete reais e dez centavos) mensais, e **R\$ 3.479.485,20 (três milhões, quatrocentos e setenta e nove mil, quatrocentos e oitenta e cinco reais e vinte centavos) anual**, considerando a participação de 3.629 profissionais, ao custo unitário de R\$ 79,90 (setenta e nove reais e noventa centavos) por participante. Ressalta-se que esta estimativa tem por finalidade avaliar a viabilidade econômica da solução



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

proposta, não se confundindo com a pesquisa de preços destinada à verificação da conformidade e aceitabilidade da proposta, prevista na Instrução Normativa nº 65/2021.

**7. Justificativa para o parcelamento ou não da contratação:**

**7.1.** Os serviços deverão ser contratados em um único instrumento, por tratar-se de um Programa de Formação com metodologia própria e singular, sendo inviável seu parcelamento, uma vez que, além de tratar-se de um único item, a divisibilidade poderia ocasionar contratação de mais de um fornecedor, o que causaria elevação dos custos e procedimentos diversos de soluções.

**7.2.** Desta forma, a solução não será parcelada. Não faz sentido estabelecer mais de um contrato, haja vista que a Instituição a ser contratada dispõe dos meios necessários para suprir a necessidade de contratação em tela. Ademais, é mais vantajoso para a Administração fiscalizar e gerenciar apenas um contrato.

**7.3.** Quanto à forma de contratação, justifica-se a utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP, considerando que a demanda estimada ocorrerá de forma gradual ao longo do exercício financeiro, em atendimento às necessidades da Secretaria Municipal de Educação. A adoção do SRP confere maior flexibilidade administrativa, permitindo a contratação conforme a efetiva necessidade, sem prejuízo da continuidade do Programa de Formação.

**7.4.** A utilização do Sistema de Registro de Preços para a presente contratação encontra amparo no art. 27 do Decreto Municipal nº 18.256/2024, que disciplina o SRP no âmbito do Município de Volta Redonda, sendo compatível com a natureza do objeto, com a estimativa de quantitativos e com o planejamento da Administração Pública.

**8. Demonstrativo dos resultados pretendidos:**

**8.1.** A presente contratação tem por objetivo capacitar os servidores municipais, visando ao aprimoramento do conhecimento e da qualidade da Rede Municipal de Ensino, abrangendo desde o acolhimento e a humanização dos alunos neurodivergentes até a promoção de sua aprendizagem e inclusão, de modo a otimizar o aproveitamento dos recursos humanos e a atender de forma mais efetiva toda a sociedade.

**8.2.** O prazo total da contratação é de 12 (doze) meses, observada a carga horária total definida, de aproximadamente 490 horas para o Curso de Professores e 490 horas para o Curso de Mediadores, cabendo à empresa contratada a elaboração do cronograma executivo, do planejamento pedagógico detalhado, da metodologia de ensino e da organização temporal das atividades.

**8.3.** A formação continuada será estruturada em módulos independentes e sequenciais, totalizando a carga horária global prevista. A organização temporal, o detalhamento do cronograma de execução, a metodologia didático-pedagógica e a distribuição das atividades ao longo da vigência contratual ficarão a cargo da empresa contratada, respeitados os limites de carga horária estabelecidos para cada curso, **em conformidade com a concepção técnico-pedagógica previamente definida pela Administração, a**





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**partir de estudo técnico realizado para identificação das necessidades formativas e da melhor estrutura modular para atendimento dos objetivos institucionais**, conforme especificado a seguir.

### **8.3.1. Curso de Professores**

- **Módulo Introdutório – Palestra Inaugural**

Carga horária estimada: 10 horas

Deve ser realizada a apresentação dos objetivos do programa, dos fundamentos conceituais da formação, das diretrizes pedagógicas e do alinhamento inicial dos participantes quanto às temáticas de educação inclusiva e neurodiversidade.

- **Módulo 1 – Neurodesenvolvimento Infantil e Identificação Precoce de Neurodivergências**

Carga horária estimada: 40 horas

Devem ser abordados os fundamentos do neurodesenvolvimento infantil, os principais marcos do desenvolvimento típico e atípico, bem como estratégias voltadas à identificação precoce de sinais de neurodivergências no contexto educacional.

- **Módulo 2 – Neurociência e Estilos de Aprendizagem em Crianças Neurodivergentes**

Carga horária estimada: 40 horas

Devem ser tratados os princípios da neurociência aplicados à aprendizagem, considerando diferentes estilos e perfis cognitivos de crianças neurodivergentes e suas implicações para a prática pedagógica.

- **Módulo 3 – Planejamento de Aulas Inclusivas Baseado em Evidências Neurocientíficas**

Carga horária estimada: 60 horas

Deve-se promover o desenvolvimento de competências relacionadas ao planejamento de aulas inclusivas, com base em evidências neurocientíficas, contemplando adaptação curricular, estratégias metodológicas diversificadas e práticas de avaliação inclusiva.

- **Módulo 4 – Comunicação e Lida com Crianças Neurodivergentes: Neurociência e Prática**

Carga horária estimada: 40 horas

Devem ser abordadas estratégias de comunicação, manejo pedagógico e relacionamento educacional com crianças neurodivergentes, integrando fundamentos teóricos e práticas aplicáveis ao cotidiano escolar.

- **Módulo 5 – Neuroplasticidade e Estimulação Cognitiva na Educação Infantil**

Carga horária estimada: 80 horas

Deve-se explorar o conceito de neuroplasticidade e sua aplicação na estimulação cognitiva na educação infantil, com foco em práticas pedagógicas que favoreçam o desenvolvimento integral da criança.

- **Módulo 6 – Neurociência Aplicada ao Ensino de Crianças com TEA, TDAH e Dislexia**

Carga horária estimada: 120 horas

Deve ser aprofundada a aplicação da neurociência no ensino de crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA), Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) e Dislexia, contemplando estratégias pedagógicas, adaptações metodológicas e práticas baseadas em evidências científicas.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

- Módulo 7 – Educação Inclusiva e Neurodiversidade: Construindo Práticas Humanizadas  
Carga horária estimada: 60 horas  
Devem ser discutidos os fundamentos da educação inclusiva sob a perspectiva da neurodiversidade, com foco na construção de práticas pedagógicas humanizadas, éticas e socialmente responsáveis.
- Módulo 8 – Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais em Crianças  
Carga horária estimada: 40 horas  
Devem ser abordados conteúdos relacionados ao desenvolvimento de habilidades socioemocionais na infância, incluindo estratégias pedagógicas voltadas à autonomia, autorregulação emocional, empatia e convivência social.

### **8.3.2. Curso de Mediadores**

A formação continuada destinada aos mediadores escolares deverá ser organizada em módulos temáticos autônomos e complementares, devendo a estrutura mínima esperada contemplar os seguintes módulos:

- Módulo Introdutório – Palestra Inaugural  
Carga horária estimada: 10 horas  
Deve ser realizada a apresentação dos fundamentos do programa, o alinhamento conceitual sobre inclusão escolar, a definição do papel do mediador no contexto da educação inclusiva e as diretrizes gerais de atuação no ambiente educacional.
- Módulo I – Formação em Neurociência Aplicada ao Ensino Inclusivo  
Carga horária estimada: 120 horas  
Devem ser abordados os fundamentos básicos da neurociência aplicados à mediação escolar, a compreensão dos processos cognitivos, emocionais e comportamentais envolvidos na aprendizagem, bem como o papel do mediador no apoio ao desenvolvimento global do aluno neurodivergente.
- Módulo II – Técnicas de Intervenção e Apoio Cognitivo  
Carga horária estimada: 120 horas  
Devem ser abordadas estratégias práticas de intervenção pedagógica e apoio cognitivo voltadas a alunos neurodivergentes, incluindo métodos de adaptação de atividades, estímulo à autonomia, organização do ambiente escolar e suporte ao processo de aprendizagem.
- Módulo III – Facilitação da Adaptação Escolar e Relação com o Aluno  
Carga horária estimada: 120 horas  
Deve-se promover o desenvolvimento de competências voltadas à facilitação da adaptação do aluno neurodivergente ao contexto escolar, ao fortalecimento do vínculo mediador–aluno, às estratégias de comunicação funcional e à mediação de interações sociais no ambiente educacional.
- Módulo IV – Suporte Psicoemocional ao Mediador Escolar  
Carga horária estimada: 120 horas





**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

Devem ser contemplados conteúdos voltados ao cuidado com a saúde emocional do mediador escolar, à prevenção do esgotamento profissional, ao fortalecimento da resiliência, ao manejo do estresse ocupacional e ao desenvolvimento de práticas de autocuidado no exercício da função.

**9. Contratações correlatas e/ou interdependentes:**

**9.1.** Não se verifica contratações correlatas ou interdependentes para a viabilidade a contratação desta demanda.

**10. Descrição de possíveis impactos ambientais:**

**10.1.** A contratação decorrente do presente processo licitatório exigirá da contratada o cumprimento das boas práticas de sustentabilidade, contribuindo para a racionalização e otimização do uso dos recursos, bem como para a redução dos impactos ambientais.

**11. Descrição da solução como um todo:**

**11.1.** O Programa de Formação tem com o objetivo de desenvolver competências institucionais por meio do desenvolvimento contínuo e sistemático das competências individuais, alinhadas aos objetivos estratégicos institucionais.

**11.2.** Ademais, a implementação da ação de capacitação na modalidade híbrida suprirá as necessidades de aprendizagem dos servidores, potencializando o capital intelectual da Rede Municipal de Ensino, dotando-se de competências necessárias à correta execução de suas atividades, a fim de que possam contribuir para a melhoria da performance institucional, com alcance da excelência na gestão das políticas tributárias e aduaneiras

**12. Conclusão e análise de risco:**

**12.1.** Diante de todo o exposto, com base nos elementos apresentados neste Estudo Técnico Preliminar, declaramos viável a contratação.

**12.2. Análise de Riscos:**

**12.2.1.** Foram identificados os principais riscos relacionados à execução da contratação, bem como as medidas de mitigação cabíveis:

**12.2.2.** Risco de atraso no início do programa: possibilidade de a contratada não disponibilizar a formação dentro do prazo previsto.

Mitigação: previsão contratual de cronograma detalhado e aplicação de penalidades em caso de descumprimento.

**12.2.3.** Risco de inadequação do conteúdo ofertado: risco de os módulos não atenderem às especificações pedagógicas e metodológicas previstas no Termo de Referência.

Mitigação: acompanhamento pedagógico pela equipe técnica da SME, validação prévia da proposta didática e fiscalização contínua.



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**12.2.4.** Risco de evasão ou baixa participação dos profissionais: risco de adesão reduzida por parte dos servidores, prejudicando o alcance dos objetivos.

Mitigação: ampla divulgação interna, incentivo da gestão escolar e oferta de suporte pedagógico e técnico durante o curso.

**12.2.5.** Risco de instabilidade na plataforma de ensino: risco de falhas técnicas que comprometam a realização das atividades síncronas e assíncronas.

Mitigação: exigência de infraestrutura tecnológica robusta, suporte técnico permanente e plano de contingência para continuidade das aulas.

**12.3.** Conclui-se que os riscos identificados são controláveis e que, mediante as medidas de mitigação propostas, a contratação apresenta viabilidade e segurança para atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Educação.

**13. Equipe de Planejamento:**

Elizabeth Melo Silveira dos Santos – Matrícula: 452.521

Patrícia Rodrigues Vidal – Matrícula: 185.604

Mariana Inácio de Carvalho Rodrigues – Matrícula: 301.876



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

**ANEXO I - Inventário de funcionalidades da Plataforma Mobile e Web Admin**

<b>PLATAFORMA MOBILE</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Funcionalidades Detalhadas</b>
Autenticação e Conta	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> Login e recuperação de senha</li><li>• <input type="checkbox"/> Edição de Perfil (Avatar, dados pessoais, senha)</li><li>• <input type="checkbox"/> Exclusão de conta</li></ul>
Cursos e aprendizado	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> Listagem e navegação de cursos</li><li>• <input type="checkbox"/> Reprodução de vídeos das lições</li><li>• <input type="checkbox"/> Rastreamento de progresso</li><li>• <input type="checkbox"/> Execução e submissão de quizzes</li></ul>
Comunidade	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> Fórum: ver, criar e responder perguntas</li><li>• <input type="checkbox"/> Chat 1:1 com psicólogo (com indicador de status online)</li></ul>
Gamificação	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> Ranking de alunos</li></ul>

<b>WEB ADMIN (admin)</b>	
<b>Categoria</b>	<b>Funcionalidades Detalhadas</b>
Autenticação e Conta	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> Login com múltiplos papéis (Admin, Professor, Psicólogo)</li><li>• <input type="checkbox"/> Ativação via convite</li></ul>
Dashboard & Métricas	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> Dashboard executivo (Visão geral, séries temporais, cursos populares)</li><li>• <input type="checkbox"/> Identificação de alunos em risco</li><li>• <input type="checkbox"/> Relatórios de alunos com filtros avançados</li></ul>
Gestão de Cursos	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> CRUD de cursos, módulos e lições</li><li>• <input type="checkbox"/> Reordenação (drag &amp; drop)</li><li>• <input type="checkbox"/> Upload de vídeos via URL pré-assinada (S3)</li></ul>
Gestão de Quizzes	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> CRUD de quizzes e questões</li><li>• <input type="checkbox"/> Reordenação</li><li>• <input type="checkbox"/> Visualização de respostas dos alunos</li></ul>
Gestão de Usuários	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> CRUD de professores, alunos e psicólogos</li><li>• <input type="checkbox"/> Grupos de alunos (criação e atribuição)</li><li>• <input type="checkbox"/> Ativação/desativação de contas</li></ul>
Importação em Lote	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> Download de template</li><li>• <input type="checkbox"/> Preview do arquivo antes de importar</li><li>• <input type="checkbox"/> Importação em massa de alunos</li><li>• <input type="checkbox"/> Cadastro avulso</li></ul>
Fórum & Chat	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> Moderação de perguntas e respostas</li><li>• <input type="checkbox"/> Categorização de threads</li><li>• <input type="checkbox"/> Listagem de threads de chat</li><li>• <input type="checkbox"/> Resumo de risco por aluno e mensagens em tempo real</li></ul>
Feedback / Avaliações	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> Criação de formulários</li><li>• <input type="checkbox"/> Gestão de questões de feedback</li><li>• <input type="checkbox"/> Visualização das respostas</li></ul>
	<ul style="list-style-type: none"><li>• <input type="checkbox"/> Visualização e gestão do ranking de alunos</li><li>• <input type="checkbox"/> Página de Política de Privacidade</li></ul>



**ESTADO DO RIO DE JANEIRO**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE VOLTA REDONDA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**  
**CENTRAL-GERAL DE COMPRAS**

Outros	
--------	--

Volta Redonda, na data da assinatura